

Vicente de Paula da Silva Martins

PORTUGUÊS PARA FINS ESPECÍFICOS

- REDAÇÃO TÉCNICA (E OFICIAL)
- REVISÃO GRAMATICAL
- GUIA ORTOGRÁFICO



PORTUGUÊS PARA FINS ESPECÍFICOS

- Redação Técnica (e Oficial)
 - Revisão Gramatical
 - Guia Ortográfico



Pedro & João
editores

Vicente de Paula da Silva Martins

PORTUGUÊS PARA FINS ESPECÍFICOS

- Redação Técnica (e Oficial)
 - Revisão Gramatical
 - Guia Ortográfico

Copyright © Vicente de Paula da Silva Martins

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Vicente de Paula da Silva Martins

Português para fins específicos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
127p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0253-2 [Digital]

1. Língua portuguesa. 2. Português para fins específicos. 3. Ensino de línguas. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Ao José **Cajuaz** Filho (UECE), meu professor de Português Instrumental, que me ensinou a compreender e manipular enunciados do nosso pretuguês lusófono.

Introdução

O Português para Fins Específicos (PFE) é antes de tudo uma abordagem didático-pedagógica vista e posta em prática a partir de princípios norteadores do ensino de línguas e de procedimentos para trabalho com áreas acadêmicas (Administração, Engenharia, Medicina, Economia, Direito etc), nos setores público e privado, com profissionais de educação de muitas áreas, no nosso caso, que carecem de conhecimentos básicos de Língua Portuguesa. Trata-se de uma perspectiva que, no século XXI, tem ganhado força na Europa e estranhamente tem passado despercebido pelos gestores educacionais e despercebido nos referenciais curriculares do Brasil. Talvez, por isso, o PFE não seja uma abordagem contemplada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o que não acontece com Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR, 2001), que traz muitas competências e habilidades relacionadas ao português para fins específicos. Afinal, o português é o idioma oficial do Brasil, mas, antes de tudo uma língua europeia, que marca histórica e culturalmente nossa cultura linguística.

A ideia deste livro é, pois, situar o português como língua histórica, falado por mais de 260 milhões de pessoas em nove países que têm o idioma como oficial e com uso amplo em Internet. O uso instrumental do português é o que torna uma língua flexível e eficaz para fins sociais, acadêmicos e profissionais, ou seja, uma língua orientada para fins específicos e exercício pleno da cidadania.

Na primeira parte do livro, tratamos da redação técnica (e oficial), com foco na comunicação oficial, alguns modelos de comunicações e documentos oficiais destinados às entidades (públicas e privadas) e uma breve revisão dos sinais de pontuação, tão importante nessa modalidade instrumental. Na segunda parte, fazemos uma breve revisão gramatical, com especial atenção a tópicos referentes às variedades linguísticas, às fases do processo de leitura, às relações semânticas e à análise e reflexão sobre a língua. Na última parte, reproduzimos, integralmente, o Acordo Ortográfico (2008) por ser um elucidário muito bem elaborado pelo Congresso Nacional e tem se tornado, diariamente, um guia ortográfico para o emprego correto

das palavras no uso da língua portuguesa ou ao estudo sistemático da língua para os que se interessam pela (orto) grafia portuguesa.

Por fim, a destacar o seguinte: para a presente proposta (não temos pretensão de ser um método) de ensino de língua de fins específicos (ou instrumental), usamos exemplos extraídos dos jornais de grande circulação nacional, especialmente a *Folha de São Paulo*, em vez de exemplos consagrados pelos compêndios das gramáticas tradicionais ou textos diversos excertos do cânone literário. E quando os exemplos se referem a um lugar, citamos Sobral, nossa homenagem à “cidade intelectual, rica e populosa, empório do comércio do norte da província, na qual o governo estabelecera opulentos celeiros.” (*Luzia-Homem*, Domingos Olímpio, publicada em 1903).

Boa leitura!

Sumário

PARTE I	11
REDAÇÃO TÉCNICA (E OFICIAL)	
Unidade A - A Comunicação Oficial	13
1. As qualidades da escrita oficial: a impessoalidade	13
2. As qualidades da escrita oficial: a padronização	16
3. Formas de tratamento nas comunicações oficiais	22
Unidade B - Comunicações e documentos oficiais	25
4. O padrão ofício na comunicação oficial	25
5. O Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito	30
Unidade C – Sinais de pontuação	35
6. Emprego de alguns sinais de pontuação	35
PARTE II	43
REVISÃO GRAMATICAL	
Unidade D - As variedades linguísticas	45
1. As variações de uma língua plural	45
Unidade E - As fases do processo de leitura	53
2. A decodificação e a compreensão leitoras	53
Unidade F - Relações semânticas	59
3. As relações de significação entre as palavras	59
Unidade G - Análise e reflexão sobre a língua	63
4. Concordância	63
4.1 Concordância verbal	64
4.2 Concordância nominal	65
5. Regência	66
5.1 Regência verbal	68
5.2 Regência nominal	69

PARTE III	73
GUIA ORTOGRÁFICO	
Referências	125
Sobre o Autor	127

PARTE I
REDAÇÃO TÉCNICA (E OFICIAL)

Unidade A - A Comunicação Oficial

1. As qualidades da escrita oficial: a impessoalidade

Meta

- Subsidiar o trabalho de servidores públicos e profissionais liberais de modo que os textos técnicos (e oficiais) elaborados nas atividades laborais sigam os princípios e as orientações da redação técnica e oficial.

Objetivos

- Apresentar os principais pontos de redação normativa e comunicação oficial, observando a legislação vigente, bem como indicar a formatação adequada a ser utilizada.

- Levar o profissional liberal ou servidor público a buscar a clareza e a precisão na comunicação oficial, a fim de evitar conflitos de interpretação causados por incoerências, contradições, ambiguidades ou lacunas.

- Orientar o usuário quanto às qualidades da comunicação oficial.

Introdução

No exercício da função pública, devem ser observadas as seguintes qualidades textuais na comunicação oficial: impessoalidade, formalidade e uniformidade, clareza e precisão, concisão e harmonia (BRASIL, 2018, p.13). A impessoalidade é, certamente, o principal atributo da redação oficial e as demais qualidades textuais certamente derivam dela.

Voltamos agora a atenção para a Redação Técnica e Oficial, com objetivo de levar aos agentes públicos que atuarão nas diversas profissões o conhecimento da estrutura, do uso e das funções de gêneros textuais pertencentes ao domínio da redação técnica e oficial, nas diversas situações do dia a dia de sua atuação profissional bem como orientar o servidor municipal a utilizar de forma competente e

segura as regras gramaticais da Língua Portuguesa imprescindíveis à leitura, compreensão e elaboração dos textos da comunicação oficial no exercício de atividades no âmbito do Poder Público.

A impessoalidade está prevista no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Trata-se de um princípio constitucional que requer, por parte do servidor público, a obrigatoriedade de a administração pública proceder de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, sempre buscando atender o interesse público e evitar a abstração da personalidade dos atos administrativos (por exemplo, redigir de forma autêntica e impessoal documentos como ata, ofício, relatório, requerimento etc).

Para ilustrarmos a importância da impessoalidade no âmbito dos atos administrativo observe estes dois relatos de acidente de carro em hipotético Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, envolvendo, em abril de 2022, o ator cearense Silvero Pereira: “Ao fazer uma curva sinuosa, acabou, invadindo, perigosamente, o acostamento, deslizando em uma íngreme ribanceira e o luxuoso carro tombou, de forma espetacular, entre as árvores” (Narrativa 1) e “Ao fazer uma curva acentuada, acabou invadindo o acostamento, deslizando em uma ribanceira e o carro tombou entre as árvores” (Narrativa 2). Qual das duas narrativas lhe pareceu mais impessoal, clara, precisa e concisa?

Certamente, sua resposta foi a narrativa 2. Trata-se de um excerto de uma matéria publicada na edição do Jornal Folha de São Paulo, de 17 de abril de 2022, baseada em um boletim de ocorrência de trânsito e que revela umas das boas qualidades dos textos oficiais, que é a linguagem com ausência de impressões individuais de quem comunica e do caráter impessoal do próprio assunto tratado. O Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, nas cidades, é uma fonte preciosa para os veículos de comunicação social e sua força jurídica traz presunção de veracidade e as suas consequências. Mais adiante, voltaremos a colocar, a título de reflexão, este caso de registro de ocorrência de trânsito envolvendo o ator cearense.

Na narrativa 1 do acidente, lemos uma descrição bem subjetiva da ocorrência inclusive com a presença de muitos adjetivos (sinuosa, íngreme, luxuoso, espetacular), um tipo de texto que deve ser evitado no serviço público e, portanto, não é um bom modelo de relato de ocorrência de acidente de trânsito.

A impessoalidade do expediente administrativo se reveste de significado na vida em sociedade à medida que obedece a formalidades, etiquetas e padrões de tratamento cerimonioso; isto é, a comunicação oficial deve seguir determinados procedimentos, normas e padrões, com seu conteúdo cabal e inequivocamente evidenciado, de maneira que o entendimento seja compreensivo e não venha a gerar dupla interpretação.

As regras de língua culta formal (seu cumprimento não significa o rigor de seguir a norma padrão) contribuem para a impessoalidade à medida que deixam a linguagem da comunicação oficial clara e precisa, na qual o agente público dar preferência a palavras e expressões simples, em seu sentido comum, evitando-se o uso de expressões locais, regionais ou pomposas. Em substância, é o esforço de cumprir o princípio da impessoalidade constitucional que leva o agente público a se comprometer em redigir uma comunicação oficial com frases objetivas, curtas, na ordem direta (sujeito – verbo – complemento), evitando-se inversões, intercalações, palavras rebuscadas ou de difícil compreensão ou preciosismos sintáticos que possam gerar confusão no leitor. A redação oficial eficaz é aquela que além de empregar a pontuação de forma prudente, evita os abusos de caráter estilístico.

Atividades de Fixação

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) os enunciados abaixo.

a) () A concisão, a clareza e a formalidade de que nos valemos para elaborar as comunicações oficiais contribuem para a necessária impessoalidade.

b) () A impessoalidade na redação é uma competência unicamente exigida na produção do texto dissertativo-argumentativo (modelo ENEM) e não é aplicável à comunicação oficial.

c) () A concisão na redação oficial segue o princípio de que o comunicador (agente público) transmite o máximo de informação com o mínimo de palavras, retirando de suas narrativas ideias que não acrescentem nada ao texto.

d) () As comunicações oficiais devem ter como objetivo assegurar uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes.

e) () Na administração pública, comunicar-se, por escrito, com impessoalidade e máxima clareza impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura ou correspondência particular etc.

f) () Na comunicação oficial, a impessoalidade decorre, em particular, de um tratamento personalístico dado ao texto.

g) () Na comunicação oficial, o agente público pode exprimir opiniões pessoais, desde que não faça juízo de valor a respeito do assunto tratado.

h) () Na redação oficial, as impressões individuais de quem comunica podem gerar a duplicidade de interpretações pelo destinatário da mensagem.

i) () O uso do padrão culto de linguagem é a principal garantia da impessoalidade na comunicação oficial.

j) () Os princípios textuais (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem.

2. As qualidades da escrita oficial: a padronização

Meta

- Uniformizar e simplificar a produção dos atos oficiais, modernizando e otimizando a comunicação no âmbito da administração pública.

Objetivos

- Articular a linguagem, técnica ou comum, a fim de possibilitar a compreensão do objetivo do documento oficial e de permitir que o texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que se pretende dar.

- Manter a formalidade na comunicação oficial, garantindo sua uniformidade por meio da aplicação dos padrões estabelecidos para a redação oficial.

Introdução

Vimos, anteriormente, que são estes os atributos da redação oficial: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização (BRASIL, 2018). Na prática, são atributos que estão interligados na comunicação oficial e contribuem para a uniformização dos textos administrativos, em obediência à padronização do estilo na administração pública.

São as qualidades textuais acima que conferem maior segurança no seio da administração pública, uma vez que permitem maior clareza e padronização tanto na produção dos atos de comunicação oficial quanto em seu cumprimento. Garantem-se, nesse contexto, a acessibilidade e a assertividade aos atos administrativos. É a padronização, em particular, um recurso indispensável para garantir a adequação dos documentos produzidos na administração pública às normas da redação oficial, independentemente do servidor ou gestor público.

Em se tratando da padronização textual, a grafia dos números deve ser cuidadosamente considerada quando da elaboração de documentos administrativos mais atinentes às atividades liberais; assim, desde logo, são pré-requisitos linguísticos importantes o conhecimento sobre a grafia de números, datas e horas.

O emprego adequado da grafia, especialmente relacionado a horas e a datas, se faz necessário na elaboração de documentos como ata, requerimento e boletim de ocorrência de acidente de trânsito. Vamos a alguns casos mais frequentes da grafia de número a partir de exemplos extraídos em jornal de grande circulação nacional, aplicáveis a textos de circulação mais restrita no âmbito da administração pública:

Datas

O dia e o ano devem ser grafados em algarismos arábicos; o mês, por extenso.

“Em 05 de julho é o **aniversário de Sobral**, da mesma forma, é um dos feriados na cidade. Em 2022, o 05 de julho cairá no(a) terça-feira.” (Adaptado de <https://calendario.online/feriados-sobral-ce.html>)

■ Quando for cabível o uso abreviado da data, deve-se empregar a barra para separar dia, mês e ano, sem zero à esquerda.

“Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO quanto ao projeto de lei de crédito à Mesa do Congresso Nacional - De **5/6/2022 a 19/6/2022.**” (Adaptado de <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/152730>)

■ Só se admite o uso de numeral ordinal no primeiro dia do mês.

“O número de internações no hospital em **1º de junho** era 620% maior do que há um mês, em 1º de maio.” (**Folha de São Paulo**, em 3/6/2022)

■ O ano deve ser sempre grafado com quatro dígitos.

“Os três homens foram indiciados no artigo 29 da lei nº 9.605/1998, que trata dos crimes ambientais. A pena base é de seis meses a um ano de prisão e multa.” (Adaptado de **Folha de São Paulo**, em 29/5/ 2022)

■ Observações: datas que se tornaram efemérides podem ser grafadas por extenso, com iniciais maiúsculas.

“Apesar do aniversário ser oficialmente no dia **Cinco de Julho**, eventos em comemoração a Sobral vem acontecendo desde o dia 30 de junho.” (Adaptado de **Diário do Nordeste**, em 05/7/2006).

DIA

■ Deve ser indicado por extenso ou em algarismos arábicos.

“**Mil novecentos e vinte e dois** é um ano paradigmático na história do Brasil.” (**Folha de São Paulo**, 25/3/2022)

“Entre **18 e 22 de março de 2022**, os peritos também visitaram unidades de conservação em Alagoas para avaliar efeitos e entrevistar pessoas que atuaram na resposta ao incidente.” (**Folha de São Paulo**, 3/6/2022)

MÊS

■ Deve ser grafado por extenso ou em algarismos arábicos, ou abreviado pelas três primeiras letras, em minúsculo, seguidas de ponto, excetuando-se o mês de maio, que é escrito sempre por extenso.

“Em **20 de novembro de 2021**, Dia da Consciência Negra, o espetáculo "Risadas Pretas Importam" foi apresentado com sete comediantes negros, entre eles Helio de la Peña e o próprio Marçal.

Mas esta será a primeira apresentação individual de um humorista no espaço.” (Folha de São Paulo, em 27/05/2022)

“Composto de 41 aulas virtuais, que acontecerão às segundas-feiras às 20h. As sessões são divididas em 7 módulos, que vão de Giotto aos contemporâneos. De **fev. a dez.2022**. R\$ 420 mensais.” (Folha de São Paulo, 20/11/2021)

❖ OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

HORAS

Observemos este exemplo inicial: “No julgamento de Johnny Depp, foram 12 horas, 48 minutos e 46 segundos de deliberação, espalhados em seis dias, com um feriado e um fim de semana no meio. Um tempo curto para a complexidade da tarefa, infinito para quem estava esperando uma resposta. (Folha de São Paulo, 1º/6/ 2022)

Nas comunicações oficiais, como, por exemplo, em boletins de ocorrência, para tomada rápida de providência, tendemos a abreviar os símbolos de horas, minutos e segundos. Não há nenhuma restrição para o emprego das abreviações. Assim, o símbolo de horas é “h”; o de minutos, “min”; e o de segundos, “s”, e, unicamente, chamamos a atenção para o seguinte: as abreviações devem ser feitas sem ponto, sem espaço entre o algarismo e o símbolo “s” não tem indicativo de plural.

Há algumas situações a considerar. Quando a referência for a horário completo (horas,minutos e segundos), não se usa o símbolo de segundos. “Cada programa do Flow tem em média entre **1h e 2 h** de duração, mas não há limite de tempo. O recordista foi o de pré-candidato a presidente pelo PDT, que durou **4h42 min50**.” (Adaptado de **Folha de São Paulo**, 10/11/ 2021)

■ Quando a referência for a horas e minutos, usa-se o símbolo de horas, mas não o de minutos.

“Receita Federal recebeu, até as **17h** desta segunda-feira (7), 130.099 declarações do Imposto de Renda 2022, o que representa 0,38% do total previsto para este ano, de 34,1 milhões de documentos. O prazo para declarar o IR começou às 8h desta segunda e vai até as **23h59** do dia 31 de maio.” (Folha de São Paulo, em 5/4/2022)

OLHO VIVO: no exemplo acima, quando a referência for apenas às horas (17 h), não se usa o símbolo, mas a palavra “hora(s)” por extenso.

■ Quando a referência for a período de tempo e não a horário, não se usam símbolos, mas as palavras “hora(s)”, “minuto(s)”, “segundo(s)”, por extenso.

“Na mesma direção do papa, como noticiado pela agência russa e por franceses com Le Figaro, Emmanuel Macron falou por **duas horas e dez minutos na terça**, por telefone, com o presidente russo.” (Folha de São Paulo, 3/5/2022)

DIAS DA SEMANA

Os dias da semana podem ser grafados por extenso ou por forma reduzida. Temos: domingo; segunda-feira; terça-feira; quarta-feira; quinta-feira; sexta-feira; sábado. No caso de formulário oficiais com espaço muitas vezes bastante reduzido, evidentemente as formas podem ser reduzidas assim: dom.; 2ª feira; 3ª feira; 4ª feira; 5ª feira; 6ª feira; sáb. ou dom.; seg.; ter.; qua.; qui.; sex.; sáb. Vejamos dois exemplos:

“Em mais uma cartada contra o telemarketing abusivo, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) baixou uma medida cautelar nesta **sexta-feira** (3) para barrar a prática abusiva de chamadas automáticas.” (Folha de São Paulo, em 3/6/2022)

“Semana da Conciliação começa **2ª feira** e deve realizar 16 mil audiências no Ceará” (Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, In <https://www.tjce.jus.br>)

OLHO VIVO: use na comunicação oficial, de preferência, a forma completa: segunda-feira; terça-feira; quarta-feira; quinta-feira; sexta-feira; sábado. Nos títulos, se necessário, recorra à abreviada: segunda, terça, quarta, quinta e sexta. No plural, variam os dois elementos: segundas-feiras, terças-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras, sextas-feiras.

Para a padronização dos documentos, se faz necessário o conhecimento da Norma para datar – ABNT NBR 5892: a grafia de números, datas e horas (facilmente capturada na Internet).

A grafia de número pode ser por extenso, isto é, não abreviado, por inteiro e abreviadamente. A grafia será por extenso na situação em

que devam ser empregados numerais, cardinais (expressam uma quantidade absoluta).

“A rainha Elizabeth II comemora **setenta anos** de reinado” (**Folha de São Paulo**, 4/6/2022) (Numeral cardinal) e “Ao celebrar o trigésimo aniversário da Constituição brasileira, é possível olhar para trás e fazer um balanço de conquistas e frustrações do período” (**Folha de São Paulo**, em 5/10/2018) (Numeral cardinal). Utilizam-se algarismos arábicos (no sistema decimal de numeração, cada um dos dez caracteres representativos dos números 1 (um), 2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 0 (zero), na situação em que os numerais, cardinais ou ordinais são formados por mais de uma palavra. Por exemplo: “Em 2022, pelo menos **oito** projetos de lei, de maior ou menor impacto ambiental, foram aprovados pelo Senado.” (**Folha de São Paulo**, 5/6/2022)

Atividades de Fixação

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) os enunciados abaixo.

a) () A abreviação de horas é **h**, tanto no singular quanto no plural. A expressão “**hs**” é uma incorreção.

b) () A clareza e o uso de língua-padrão, de entendimento geral, com formalidade e padronização, asseguram a uniformidade dos textos.

c) () A padronização pode ser definida como a adequação das normas determinadas relativas à formatação, linguagem, pronomes de tratamento e afins na construção do texto oficial.

d) () As comunicações administrativas obtêm a formalidade e padronização na sua escrita, quando dão atenção aos os seguintes pontos: a. emprego de pronomes de tratamento adequados às diversas autoridades; civilidade e polidez no tratamento dado aos assuntos oficiais; c. uniformidade das comunicações por meio da apresentação textual (digitação sem erros, uso de papéis uniformes, diagramação correta).

e) () Com o tratamento impessoal nas comunicações oficiais, obtém-se uma padronização que permite uniformidade às comunicações elaboradas em diferentes unidades da Administração.

f) () Na Administração Pública, a padronização melhora a comunicação e a integração das unidades administrativas de maneira atualizada e objetiva.

g) () Não usar “m” para abreviar minutos (m é abreviatura de metro). Além disso, não utilizar o termo minutos (min) no registro de horários. Ou seja, escrever 12h46 e não 12h46min. Também não utilizar indicação de horários com dois-pontos (9:00, por exemplo), ou qualquer outra forma de grafia.

h) () Não usar algarismos para registrar duração: “A sessão da Câmara de Vereadores se prolongou por três horas e 35 minutos e não por “3h35”.

i) () O dia começa à 0h e termina às 24h, ou meia-noite. A madrugada vai de 0h às 6h; a manhã, das 6h às 12h (ou meio-dia); a tarde, das 12h às 18h; a noite, das 18h às 24h;

j) () Quando for informado um período, utilizando-se a expressão “às”, deve-se, obrigatoriamente, utilizar-se também a expressão “das” antes do horário de início mencionado. Ex.: Das 3h às 15h, e não somente 3h às 15h.

3. Formas de tratamento nas comunicações oficiais

Meta

Dar atenção para o uso das formas de tratamento em três momentos distintos: no destinatário, tratamento e abreviatura.

Objetivos

- Empregar à norma padrão pertinente à adequada elaboração de textos oficiais,
- Revisar os elementos da gramática que afetam o texto oficial.
- Utilizar de forma adequada as formas oficiais dos pronomes de tratamento na correspondência oficial.

Formas de tratamento

Nas comunicações oficiais, os cuidados são redobrados quando consideramos as formas de tratamento: a começar pelo vocativo,

onde o autor dirige-se ao destinatário no início do documento. Em seguida, no corpo do texto, o emissor empregará os pronomes de tratamento em sua forma abreviada ou por extenso. Concluída a comunicação, o endereçamento é o texto brevemente utilizado no envelope que contém a correspondência oficial.

Pronomes e formas de tratamento

A seguir, alguns exemplos de utilização de pronomes de tratamento no texto oficial.

Destinatário	Tratamento	Abreviatura
Presidenta ou presidente da República e vice; vereadora ou vereador; governadora ou governador e vice; prefeita ou prefeito e vice; deputada ou deputado; senadora ou senador; secretária ou secretário de Estado; ministra ou ministro; secretária ou secretário municipal	Vossa Excelência	V. Ex. ^a
Presidenta ou presidente e membra ou membro de órgão do Judiciário: ministra ou ministro de tribunal superior; desembargadora ou desembargador e juíza ou juiz	Vossa Excelência	V. Ex. ^a
Reitora ou reitor de universidade	Vossa Magnificência	V. Mag. ^a
Procuradora ou procurador e defensora pública ou defensor público	Vossa Senhoria	V.S. ^a
Cidadã ou cidadão comum e outras autoridades (inclusive militares até a patente de coronel)	Vossa Senhoria	V.S. ^a
Arcebispo e bispo (da Igreja Católica)	Vossa Reverendíssima	V. Rev. ^{ma}
Demais autoridades religiosas	Vossa Senhoria	V.S. ^a

Fonte: Adaptação a partir de Bechara (2010, p.33-134)

Unidade B - Comunicações e documentos oficiais

4. O Padrão ofício na comunicação oficial

Meta

- Utilizar adequadamente o padrão ofício na comunicação oficial.

Objetivos

- Levar o aluno a compreender a funcionalidade da redação oficial, seu espaço de circulação e seus objetivos.
- Reconhecer as características e as particularidades da escrita oficial.

Introdução

Após estudarmos as qualidades textuais da comunicação oficial, com especial atenção à impessoalidade, à padronização e às formas de tratamento às autoridades (o que inclui, com primazia, o próprio cidadão comum), trataremos, a partir desta unidade, dos documentos oficiais (atemporais), que são independentes do tempo e não são afetados por mudanças de procedimentos de gestões administrativas. São estes os documentos atemporais: ofícios, ofício circular, mensagem, e correio eletrônico.

Os modelos a serem seguidos nesta disciplina são os apresentados no Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018), este, tido como ferramenta teórico-referencial que permite maior caráter impessoal, clareza e padronização, tanto na produção dos atos de comunicação oficial quanto em seu cumprimento, no que tange à administração pública, seja em nível federal, estadual ou municipal, como é nosso caso.

Com a 2ª edição do Manual de Redação da Presidência da República (2018), houve a exclusão do memorando e aviso, que passaram a denominados, juntamente com o ofício (externo/interno), de “padrão ofício”. A presente unidade visa orientar os agentes

públicos a implementar, nas atividades liberais, o uso do ofício como padrão único para a comunicação – por essa razão, mais adiante vamos propor e disponibilizar um modelo que poderá ser adotado (ou adaptado) em diversas extensões (.odt, .docx e .pdf).

Partes do documento no padrão ofício

Cabeçalho

No cabeçalho (utilizado apenas na primeira página do documento) deverão constar os seguintes elementos: brasão da empresa, órgão público (por exemplo, prefeitura da cidade) no topo da página; nomes dos órgãos secundários, quando necessários, da maior para a menor hierarquia; e espaçamento com entrelinhas simples (1,0). Os dados do órgão podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.

Identificação do expediente

Os documentos oficiais devem ser identificados da seguinte maneira: nome do documento (tipo de expediente por extenso, com todas as letras maiúsculas; indicação de numeração (abreviatura da palavra “número”, padronizada como N°; informações do documento (número, ano com quatro dígitos) e siglas usuais do setor que expede o documento, da menor para a maior hierarquia, separados por barra (/); e alinhamento (à margem esquerda da página).

Local e data do documento

Na grafia de datas em um documento, o conteúdo deve constar da seguinte forma: composição (local e data do documento); informação de local (nome da cidade onde foi expedido o documento, seguido de vírgula (Observar que não se deve utilizar a sigla da unidade da federação depois do nome da cidade); dia do mês (em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês - mas não se deve utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês); nome do mês (deve ser escrito com inicial minúscula); pontuação (coloca-se ponto final depois da data); e alinhamento (alinhado à margem direita da página).

Endereçamento

No endereçamento deverão constar os seguintes elementos: vocativo (na forma de tratamento adequada para quem receberá o expediente); nome do destinatário do expediente; cargo do destinatário do expediente; endereço postal de quem receberá o expediente; e alinhamento (à margem esquerda da página).

Assunto

O assunto (ou referência) deve dar de forma sucinta uma ideia geral do que trata o documento: título (a palavra assunto deve anteceder a frase que define o conteúdo do documento, seguida de dois pontos); descrição do assunto (a frase que descreve o conteúdo do documento deve ser escrita com inicial maiúscula, não se deve, por amor à síntese, utilizar verbos e sugere-se utilizar de quatro a cinco palavras); destaque (todo o texto referente ao assunto, inclusive o título, deve ser destacado em negrito); pontuação (coloca-se ponto-final depois do assunto); e alinhamento (à margem esquerda da página).

Fechos para comunicações

O fecho das comunicações deve ser o mais simples e uniforme: para autoridades de hierarquia superior a do remetente, inclusive a prefeita ou o prefeito da cidade: **Respeitosamente,** ; para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos: **Atenciosamente,** . O fecho da comunicação deve ser formatado da seguinte maneira: alinhamento: alinhado à margem esquerda da página; recuo de parágrafo (2,5 cm de distância da margem esquerda); espaçamento entrelinhas: simples; espaçamento entre parágrafos (de 6 pontos após cada parágrafo); e não deve ser numerado.

Identificação do signatário

Excluídas as comunicações assinadas pela autoridade municipal (prefeito, por exemplo), todas as demais comunicações oficiais devem informar o signatário segundo o padrão: nome da autoridade que as expede, grafado em letras maiúsculas, sem negrito (Observar que não se

usa linha acima do nome do signatário); cargo da autoridade que expede o documento, redigido apenas com as iniciais maiúsculas; e alinhamento (a identificação do signatário deve ser centralizada na página).

Modelo (Hipotético) de Ofício Interno

OFÍCIO Nº 10/2022/SEGEZ
Cidade X, 13 de junho de 2022.

À Senhora Secretária da Segurança Cidadã da Cidade X
Cidade X /CE

Assunto: Emissão de portaria.

Senhora Secretária,

Solicitamos emitir portaria designando o servidor XXXXXX para responder pelo expediente da entidade (pública ou privada) no período de 7 a 18 de dezembro de 2022, por motivo de férias da titular.

Atenciosamente,
[Cargo do/a signatário/a]

Atividade de fixação

Escolha a palavra entre parênteses mais apropriada para completar as frases, de modo a caracterizar e a formular o **CONCEITO DE OFÍCIO**:

a) A fim de contribuir para a padronização e simplificação da redação oficial, institui-se apenas o “padrão ofício”, que passa a absorver o extinto ? (abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

b) Comunicação entre ? e a Administração Pública e particulares. (abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

c) Conforme alteração promovida na terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República, 2018, extinguiu-se a distinção entre ofício e ?. (abaixo, assunto, autoridades, destinatários,

expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

d) Correspondência por meio da qual se mantém ? de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo entre órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.(abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

e) Deve-se informar o(s) nome(s) do(s) interessado(s). Vem logo abaixo do “?”, na margem do parágrafo. (abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

f) Estabelece comunicação com órgãos, instituições ou outros ? externos.(abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

g) Fecho de cortesia, expresso por advérbios: "Atenciosamente", "Cordialmente" ou "?".(abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

h) O resumo do teor do documento e deve ficar logo ? da “Referência”, na margem da página. (abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

i) São objeto de ofícios as comunicações realizadas entre dirigentes de unidades administrativas do mesmo nível ?, podendo ser também dirigidos aos particulares. (abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

j) Título abreviado "Of.", acompanhado da sigla do órgão ?, sua unidade administrativa, numeração e ano, à esquerda.(abaixo, assunto, autoridades, destinatários, expedidor, hierárquico, intercâmbio, memorando, respeitosamente, simplificação)

5 Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito (um modelo possível)

Meta do estudo

- Preencher, de maneira objetiva, formal e imparcial, e seguindo as regras da norma culta, os formulários de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, para o caso de servidores municipais (guardas de trânsito).

Objetivos

- Anotar nos formulários do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito as informações gerais do acidente de trânsito : data, hora, fase do dia, município, tipo de acidente (abalroamento, atropelamento de pedestre etc) e sequência, severidade (vítima fatal, com ferido, sem vítima), quantidade de veículos envolvidos (com danos, sem danos, evadidos), quantidade de vítima (condutor feridos, condutores mortos, passageiros feridos etc), dia da semana (domingo, segunda etc), jurisdição da via (federal, estadual, municipal), perícia técnica no local-perito, danos ao patrimônio público/particular (descrição sucinta).

- Apresentar o Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito como uma peça informativa, obrigatoriamente, com dados obtidos no local do acidente: localização do acidente, via-meio ambiente, veículo, condutor do veículo, passageiro (s)/pedestre(s) vítima(s) do veículo n°.

- Empregar adequadamente os termos técnicos (colisão lateral, colisão transversal etc) e os não técnicos (domingo, segunda etc) nos formulários do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito para melhor para categorizar as ocorrências de sinistros de trânsito.

- Lavrar o Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, mais próximo da realidade.

Introdução

Os especialistas da Medicina do Tráfego apontaram recentemente o trânsito como um dos principais fatores de morte não natural no Brasil. No período de 2009 a 2019, as estatísticas do Ministério da Saúde registraram 1.636.878 vítimas do tráfego com

ferimentos graves. As internações e outros procedimentos médicos realizados com vítimas nos serviços da rede pública de saúde custaram ao menos de R\$ 3 bilhões neste mesmo período. O preenchimento correto do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito se faz imprescindível, no âmbito da administração municipal, para casos de danos materiais ou consequências administrativas, cíveis e criminais a depender do caso concreto.

Conceituando Boletim se Ocorrência de Acidente de Trânsito

O Boletim se Ocorrência de Acidente de Trânsito é um relatório sumário de um acidente atendido pela entidade (pública ou privada). Nesse tipo registro, são informadas as condições da via, a situação da vítima e dos veículos envolvidos. A finalidade do Boletim é o levantar dados para fundamentar as intervenções de trânsito, além de ser utilizado como uma comprovação oficial de que houve efetivamente o acidente junto às autoridades.

Atividade de fixação

Você deverá preencher as lacunas (?) com uma palavra-chave que completa corretamente o sentido de definições de termos técnicos utilizados no Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, de acordo com a NBR10697 de 11/2020 - Pesquisa de sinistros de trânsito - Terminologia.

1 - Preencha as lacunas com uma das palavras entre parênteses:

a) ? é o sinistro de trânsito em que o veículo gira sobre si mesmo, em qualquer sentido, ficando em algum momento com as rodas para cima, imobilizando-se em (capotamento, choque, colisão, engavetamento, queda, tombamento, sequência, colisão frontal, colisão lateral). (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

b) ? é o sinistro de trânsito em que há impacto de um veículo contra qualquer objeto fixo ou objeto móvel. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

c)? é o sinistro de trânsito em que um veículo em movimento sofre o impacto de outro veículo também. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

d)? é o sinistro de trânsito em que há impacto entre três ou mais veículos, em um mesmo sentido de circulação, resultado de uma sequência de colisões traseiras, laterais ou transversais. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

e)? é o sinistro de trânsito em que há impacto em razão de queda livre do veículo, queda de pessoas ou cargas transportadas em razão do movimento do veículo. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

f)? é o sinistro de trânsito em que o veículo sai de sua posição normal, imobilizando-se sobre uma de suas laterais, sua frente ou sua traseira. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

g)? é a combinação dos sinistros de trânsito que ocorrem em sequência no mesmo evento. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

h)? é a colisão que ocorre quando os veículos transitam em sentidos opostos, na mesma direção, colidindo frontalmente. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

i)? é a colisão que ocorre lateralmente, quando os veículos transitam na mesma direção, podendo ser no mesmo sentido ou em sentidos opostos. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral, Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

j)? é a colisão que ocorre transversalmente, quando os veículos transitam em direções que se cruzam, ortogonal ou obliquamente. (Capotamento, Choque, Colisão, Colisão Frontal, Colisão Lateral,

Colisão Transversal, Engavetamento, Queda, Sequência, Tombamento)

2 - Recentemente o ator cearense Silvero Pereira sofreu um acidente de carro no interior do Ceará. A informação foi divulgada nas redes sociais pela equipe do ator. Assinale, entre as narrativas do sinistro abaixo, a que considera aquela mais (hipoteticamente) adequada para um registro de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito feito pela instituição/entidade(pública, municipal, estadual ou federal):

a) “O carro do ator global deslizou em um barranco após sobrar em uma curva; então, subiu o fio-de-pedra, deslizou numa ribanceira e perdeu infelizmente o controle. Acabou colidindo com algumas pequenas árvores e, finalmente, o carro parou. Tudo em segundos.”

b) “O veículo conduzido pelo ator cearense tentou, irresponsavelmente, se desviar em uma curva e desceu no barranco da estrada, onde tombou de forma espetacular. De imediato, o carro foi retirado do local do acidente por um reboque e todos os ocupantes saíram sem ferimento. O pior não aconteceu e, vale dizer, por muito pouco.”

c) “Ao fazer uma curva acentuada, o carro conduzido pelo ator Silvero Pereira, condutor devidamente habilitado, acabou invadindo o acostamento, deslizando em uma ribanceira e o carro tombou entre as árvores”.

d) “O Zaquieu da novela “Pantanal”, isso mesmo, o mordomo très chic de Mariana, dirigia o veículo e, ao fazer uma curva acentuada, acabou invadindo o acostamento, deslizando em uma ribanceira e o carro tombou entre as árvores”. O sinistro de trânsito foi com vítima não fatal. Afinal, todos estavam usando o cinto de segurança e, graças a Deus, ninguém se feriu.”

e) “O condutor do veículo, ator Silvero Pereira, estava na condução do carro quando o automóvel saiu da pista por causa de uma curva perigosíssima. O veículo parou por conta das árvores no entorno. Todos os passageiros do carro escaparam, sem nenhum ferimento, e isso foi porque estavam usando cinto de segurança no momento do sinistro. Mas, desconfiamos que são muitos os fatores geradores deste sinistro.”

Justifique sua opção (escolha).

Unidade C – Sinais de pontuação

6. Emprego de alguns sinais de pontuação

Meta da aula

Saber quando usar e quando evitar a vírgula, o ponto e o ponto e vírgula em relatórios, narrativas e comunicações oficiais (ofício, ata, atestado, certidão, requerimento, relatório/relato/narrativa).

Objetivos

Esclarecer as principais formas de aplicação do ponto, vírgula e ponto e vírgula nas comunicações oficiais.

Introdução

Na redação oficial, ao menos, o domínio do uso de três sinais gráficos é importante para tornar mais claros o texto e a frase: vírgula, ponto, ponto e vírgula.

Vírgula

Este sinal gráfico de pontuação (,) é de largo emprego na redação oficial uma vez que indica uma pausa ligeira, usado para separar frases encadeadas entre si ou elementos dentro de uma frase. Por essa razão, a vírgula é o sinal que mais requer atenção dos profissionais que recorrem à língua escrita uma vez que ajuda a expressão de pensamentos, de sentidos e torna mais precisa a compreensão de um texto. Há situações em que o uso desse sinal é obrigatório levando em conta a estrutura da frase; em outras, se o deslocarmos ou o omitirmos, o sentido da frase será totalmente alterado.

Atividade de fixação

Justifique, ao menos, um caso do uso da vírgula nos textos abaixo:

a) “A capital cearense tem seguido à risca a receita para diminuir a dependência e o impacto dos carros no dia a dia da população. Tem corredor de ônibus moderno, bilhete único com integração, ciclovias perto da maioria dos moradores, diminuição de velocidade máxima em grandes vias e criação de infraestrutura para que o pedestre se sinta mais seguro. Não por acaso, a cidade de 2,7 milhões de habitantes é citada por aqueles que estudam e conhecem o tema como um bom exemplo” (**Folha de São Paulo**, 31/5/2022)

b) “A conectividade é, portanto, palavra-chave neste momento. Pesquisa realizada em março pela Webmotors Autoinsights mostrou que 72% dos 5.480 entrevistados no Brasil tinham a intenção de investir mais para ter um carro com sistemas que possam, por exemplo, espelhar a tela do smartphone no painel. Seja por meio de aplicativos, canais de atendimento ou assistentes virtuais, esse desejo por soluções conectadas tem norteado os investimentos das empresas mais bem avaliadas pelos paulistanos.” (**Folha de São Paulo**, 30/4/2022)

c) “De acordo com o Instituto para a Avaliação de Métricas em Saúde da Universidade Washington, nos Estados Unidos, batidas e atropelamentos são a oitava principal causa de morte no país. Se subtrairmos as doenças desse ranking, os acidentes figuram em segundo lugar, atrás apenas da violência interpessoal.” (**Folha de São Paulo**, 21/4/2022)

d) “Nas últimas duas décadas, o número de vítimas do trânsito no país vem caindo aos poucos: entre 2011 e 2020, essa taxa foi reduzida em 30%. Mas isso não foi suficiente para que o Brasil cumprisse a meta de cortar em 50% esse tipo de fatalidade, como estipulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).” (**Folha de São Paulo**, 21/4/2022)

e) “A maneira de conduzir o veículo também resulta em maior ou menor gasto de combustível, principalmente no "anda e para" do trânsito das grandes cidades. Nos modelos de câmbio manual, o segredo é acertar o tempo para as trocas de marcha, segundo Rafael Serralvo, professor de engenharia mecânica do Centro Universitário FEI.” (**Folha de São Paulo**, 12/3/2022)

f) “De baixo custo e não poluente, o transporte sobre duas rodas é valorizado e estimulado em grandes cidades do planeta, seja para trabalho, lazer ou atividade física. Se cabe às autoridades racionalizar o sistema e ampliar a oferta, é dever de motoristas —e também de ciclistas— a prática da condução defensiva, atenuando o risco de acidentes, e, obviamente, o respeito irrestrito às leis de trânsito.” **(Folha de São Paulo, 7/3/2022)**

g) “Motocicletas se firmam como fonte de renda e opção segura para mobilidade urbana. Entre as principais vantagens da motocicleta estão o baixo custo de compra e manutenção, além do menor consumo de combustível, uma vez que alguns modelos chegam a fazer até 50 quilômetros com um litro de gasolina. Outra vantagem é o fato de ser um veículo mais ágil, menor que o automóvel e que por isso ocupa menos espaço físico no trânsito.” **(Folha de São Paulo, 28/1/2022)**

h) “Trânsito e insegurança são duas das questões que mais incomodam os moradores de grandes cidades, e empresas chinesas querem ganhar espaço ajudando a resolvê-los. Ao menos duas delas, Alibaba e Huawei, oferecem as chamadas plataformas de smart cities: um pacote de soluções que promete usar alta tecnologia para resolver questões simples da rotina, como um carro parado atrapalhando o tráfego.” **(Folha de São Paulo, 25/12/2021)**

i) “Uma das vertentes mais emocionantes do ciclismo, o ciclocross é uma mistura de ciclismo de estrada e corrida a pé, acontece em circuitos de terra e, apesar de ainda não ser um esporte olímpico, é pelo menos 80 anos mais velho que seu irmão caçula —e já olímpico— mountain-bike.” **(Folha de São Paulo, 2/12/2021)**

j) A estatística, feita a partir de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, aponta que em 2019 um total de 13.171 ciclistas vítimas do trânsito acabaram internados. Já no ano passado, foram 16.070, ou seja, por dia, 44 pessoas de bicicletas tiveram de ser hospitalizadas com lesões graves.” **(Folha de São Paulo, 3/6/2021)**

Ponto

É sinal usado na escrita para assinalar o fim do período ou da frase.

Atividade de fixação

Justifique, ao menos, um caso do uso da letra maiúscula, ponto ou vírgula nos textos abaixo:

a) “Em muitos lugares do Brasil, para nada. Motoristas não param na faixa para que pedestres cruzem. E muitos destes atravessam fora da faixa. Um pouquinho de economia nos ajuda a entender por quê. Economistas utilizam a noção de equilíbrio para estudar como as pessoas se comportam, e que tipo de resultado emerge da interação entre indivíduos. Mais especificamente, a ideia de equilíbrio de Nash descreve uma situação em que não há incentivo para que ninguém, individualmente, mude seu comportamento.” (**Folha de São Paulo**, 22/12/2020)

b) “Mortes provocadas por uso de celulares são uma realidade no trânsito brasileiro. Levantamento feito pela Polícia Rodoviária Federal mostra que no ano passado dez pessoas morreram em rodovias federais em acidentes que tiveram como causa principal a utilização destes aparelhos pelos condutores. Outras 117 pessoas ficaram feridas, 23 em estado grave.” (**Folha de São Paulo**, 29/5/2022)

c) “Num relatório sobre segurança viária publicado em 2018 pela OMS, o Brasil é encarado como exemplo positivo em três aspectos principais: a política de zero tolerância de álcool e direção, o uso de cinto de segurança nos carros e a obrigação de botar o capacete entre os usuários de motocicletas. O país, porém, peca em outros dois quesitos fundamentais analisados pela instituição: o limite de velocidade e a adoção de cadeirinhas para menores de 10 anos no banco traseiro dos automóveis.” (**Folha de São Paulo**, 21/4/2022)

d) “O Índice Folha de Mobilidade Urbana surge a partir da necessidade de reunir e consolidar dados que possam servir de base para a produção de reportagens e, conseqüentemente, de tomada de decisões por parte do poder público. A proposta é agregar dados que possam permitir observar cidades tão distintas quanto São Paulo e Palmas, por exemplo —a mais e menos populosas capitais brasileiras, respectivamente.” (**Folha de São Paulo**, 31/6/2022)

e) “O número de acidentes graves envolvendo ciclistas no Brasil cresceu 30% na comparação entre os cinco primeiros meses de 2020 e de 2021. O dado faz parte de um levantamento divulgado nesta quarta (18) pela Abramet (Associação Brasileira de Medicina do Tráfego). O

mês com mais ocorrências foi janeiro, com 1.451 casos registrados no país. Os cálculos foram baseados nos registros do Datasus.” (**Folha de São Paulo**, 20/8/2021)

f) “O uso de carros por aplicativo se tornou parte do dia a dia dos brasileiros. No entanto, muitas pessoas desconhecem os recursos de segurança que essas plataformas colocam à disposição de seus usuários. Alguns comportamentos simples, que muitas vezes são esquecidos, também podem ajudar a aumentar a segurança do passageiro.” (**Folha de São Paulo**, 1º/6/2022)

g) “Segundo os artigos 165 e 165A do Código de Trânsito Brasileiro, dirigir sob a influência de álcool ou recusar-se ao teste do bafômetro são consideradas infrações gravíssimas, que podem levar a suspensão do direito de dirigir por 12 meses, além de multa de R\$ 2.934,70. Os números mostram que os argumentos dos motoristas fugitivos do bafômetro e da multa não convencem. Em 2019, foram julgados 8.625 recursos. Destes, somente 177 foram deferidos, o equivalente a 2%.” (**Folha de São Paulo**, 27/8/2021)

h) “Será que conseguimos imaginar como seria a vida nas cidades sem automóveis trafegando nas ruas? Nos últimos cem anos, o carro passou a dominar a paisagem urbana. As ruas foram alargadas em muitas cidades para acomodar mais automóveis, e uma grande quantidade de espaço é reservada para estacioná-los. Os veículos particulares revolucionaram a mobilidade, mas com eles vieram muitos problemas, desde a poluição do ar até os acidentes de trânsito.” (**Folha de São Paulo**, 16/5/2021)

i) “Um levantamento divulgado nesta sexta-feira (3) pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) mostra que no ano passado o número de ciclistas vítimas de acidentes graves de trânsito, ou seja, que provocaram hospitalizações por ao menos 24 horas, cresceu cerca de 22% no país na comparação com 2019, período anterior à pandemia de Covid-19. A estatística, feita a partir de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, aponta que em 2019 um total de 13.171 ciclistas vítimas do trânsito acabaram internados. Já no ano passado, foram 16.070, ou seja, por dia, 44 pessoas de bicicletas tiveram de ser hospitalizadas com lesões graves.” (**Folha de São Paulo**, 3/6/2022)

j) “Vítimas de acidentes e parentes de pessoas que morreram no trânsito têm reclamado da demora na liberação do seguro DPVAT em

2021, segundo a associação CDVT (Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito), que também forneceu casos de beneficiários que aguardam na fila de pagamento. As indenizações por acidentes de trânsito passaram a ser pagas pela Caixa Econômica Federal, por meio de aplicativo DPVAT Caixa, depois que o consórcio administrado pela Seguradora Líder deixou de operar o seguro obrigatório de veículos. Para quem não conseguir ou puder usar o aplicativo, os pedidos também podem ser feitos nas mais de 4.200 agências do banco em todo o país.” (Folha de São Paulo, 29/4/2021)

Ponto e vírgula

Entre os sinais de pontuação, ponto e vírgula (;) é o que assinala pausa mais forte que a da vírgula e menos acentuada que a do ponto. Nas redações oficiais, emprega-se o ponto e vírgula, em enumerações, para distinguir frases de mesma função sintática, na separação entre orações ditas coordenadas não unidas por conjunção coordenativa e em situações para indicar suspensão maior que a da vírgula no interior de uma oração.].

Atividade de fixação

Justifique, ao menos, um caso do uso do ponto e vírgula nos enunciados abaixo:

1. “A minha alegria apareceu e desapareceu, a modo de relâmpago; mas a minha afronta durará sempre.” (SACCONI, 1982, p. 345)
2. “As preocupações trazem o aborrecimento; o aborrecimento traz a melancolia; a melancolia produz a solidão; a solidão leva ao tédio; do tédio nasce a infelicidade, e a infelicidade conduz ao fim de todas as coisas.” (SACCONI, 1982, p. 164)
3. “Astrônomos já tentaram estabelecer contato com seres extraterrenos; suas tentativas, porém, foram infrutíferas” (CEGALLA, 2009, p.65)
4. “Em dezembro deverei ir à Europa; contudo estarei de volta para as festas.” (SACCONI, 1982, p. 345)
5. “Não há planta viçosa que esta geada não corte; flor delicada que este sol não murche; árvore robusta que este furacão não derribe; rochedo duro que este raio não lasque.” (SACCONI, 1982, p. 164)

6. “Não pergunte às Felicidade quem ela é nem de onde veio; abre-lhe a porta, a fim de que ela entre e feche-a, bem aferrolhada, a fim de que não fuja.” (SACCONI, 1982, p. 164)

7. “Nossa intenção é ajuda-los; por isso estamos aqui.” (SACCONI, 1982, p. 345)

8. “O mau médico encarece a enfermidade e não lhe dá remédio; o mau conselheiro exagera os inconvenientes e não dá meio com que os melhorar.” (Vieira) (SACCONI, 1982, p. 345)

9. “Silvio não pede um amor qualquer, adventício ou anônimo; pede um certo amor, nomeado e predestinado.” (ROCHA LIMA, 2018, p. 559)

10. “Uns trabalhavam, esforçavam-se, exauriam-se; outros folgavam, descuidavam-se, não pensavam no futuro.” (Júlio Nogueira) (ROCHA LIMA, 2018, p.559)

PARTE II
REVISÃO GRAMATICAL

Unidade D - As variedades linguísticas

1. As variações de uma língua plural

Meta

- Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade linguística a que pertencem.

Objetivos

- Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

- Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.

Introdução

Todos somos diferentes, mas podemos compartilhar uma mesma comunidade linguística. Não existe uma única maneira de falar a língua portuguesa. Isso ocorre em razão da sociedade ser marcada por diferenças sociais, culturais, regionais etc. A título de ilustração, apresentamos, abaixo, o primeiro texto para leitura, publicado originalmente em 1952, por Dom José Tupinambá, em que, já naquele ano, traz uma variedade linguística de prestígio, também conhecida como norma culta, empregada por pessoas mais escolarizadas, como emprego português de modo mais formal. O texto de Dom José está de acordo com a norma-padrão. Por outro lado, existem outros textos (orais e escritos), igualmente aceitos por nossa comunidade linguística, que trazem outros tipos de variação linguística e por diferentes motivos: diferenças de lugar ou região, escolaridade e classe social e diferenças históricas. Por essa razão, trouxemos o segundo texto marcado pela

expressão do jeito cearense (ou sobralense) de ser. Trata-se do cordel “Diz que é de Sobral, mas não se banhou nas águas do Rio Acaraú”, disponível em Internet, escrito pelo Jose Wilamy Carneiro Vasconcelos, escritor, poeta, cordelista, professor e bacharel em direito, portanto um autor culto com competência discursiva de escrever em um formato mais popular. Como todos sabemos e reconhecemos, a Literatura de Cordel é um gênero literário popular e conhecido no Ceará, escrito geralmente de forma rimada, originada de relatos orais e depois impressa em folhetos, vendida e divulgada amplamente em logradouros públicos do nordeste do Brasil

Leitura

✧ **Você sabia que a cidade de Sobral localizada às margens do Rio Acaraú surgiu no período Colonial Brasileiro, a partir de um povoado denominado como Caiçara e elevada a cidade em 1772 com o nome de Vila Distinta e Real de Sobral? Complete os lacunas do texto abaixo usando as palavras adequadas. As escolhas das palavras devem tornar o texto abaixo coerente e coeso.**

Leitura

A Fazenda Caiçara – Berço de Sobral

Não nos foi ainda possível averiguar quem foi o primeiro proprietário da fazenda Caiçara, mas tudo leva a crer que o seu possuidor, Capitão Antônio Rodrigues Magalhães ? nome está ligado à história de Sobral pela ? feita ao patrimônio da Matriz, a houvesse recebido de ?. Media ela uma ? de terra com meia de cada lado do Rio Acaraú e ? ao norte com a fazenda Macaco, onde residia o Capitão Antônio Rodrigues, e a sul com as ? da fazenda Sobrado, de Manoel Nogueira Cardoso, casado com D. Francisca Ferreira Diniz. Na fazenda Macaco, que media meia ?, estava encravada a Lagoa da Fazenda muito conhecida dos sobralenses, nas ? do atual Seminário Diocesano. A linha ? passava pouco abaixo do atual Teatro São João. Possuía ainda o Capitão Antônio Rodrigues a Pedra Branca que depois ? a José da Frota Vasconcelos, e mais “sete quartos e meio” da terra pegando das

Marrecas pelo Rio arriba e findando abaixo do Purpurema” (FROTA, [1952] 1995, p.25)

[As palavras de referência para sua escolha: cujo, divisória, doação, imediações, légua, légua, limitava-se, outrem, pertenceu, terras]

✧ Você sabia que o enriquecimento da língua nacional vem através da inclusão de novas de expressão de cunho popular? Veja a riqueza cultural e telúrica no texto abaixo:

Leitura

Diz que É de Sobral, mas não se banhou nas águas do Rio Acaraú
(Jose Wilamy Carneiro Vasconcelos)

1. DIZ QUE É DE SOBRAL!/Mas nunca correu atrás do trem/Na famosa Rua da Estação/Passando entre os trilhos/Enfrentando aquele calozão,/A estrada da linha férrea/O Alto do Cristo até da região.

2. Diz que é de Sobral/Não provou um pastel/Com caldo-de- cana do Baiá/Na Coluna da Hora com Manoel/populares fazia fila na rua/Tinha gente p’ra dedel

3. Diz que é de Sobral/Mas nunca levou carreira/Da Sossoíra e do Simbamba/Descendo a Rua do Oriente/Mangando do Miguel Ferreira

4. Diz que é de Sobral/E não conhece a bodega do Denerval/O cheirinho do torresmo quente/O melhor de Sobral/Lá entra Deputado e Governador/Futuro presidente senador da capital

5. Diz que é de Sobral/Não apreciou a peixada do Chicão/A panelada do Tarcísio/A Carne de sol do Aragão/O famoso churrasco do Félix/E as baladas da Curtição.

6. Diz que é de Sobral/De apelido nunca chamou/O comerciante Zé bubu/E o Zé bode de doutor/O Zé Madeira de mentiroso/E Chico Lavandeira de cantor

7. Diz que é de Sobral/Não conhece nenhum filho escritor/Muitos são padres, outros advogados/Francisco Sadoc: O Reitor/Domingos Olímpio com Luzia-Homem/ Padre Lira de batina: O historiador

8. Diz que é de Sobral/Nem brincou o carnaval/No Derby Clube Sobralense/Na AABB de Sobral/BR SOM no Torre de Melo/E o melame em plena Catedral

9. Diz que é de Sobral/Não conheceu o louro do Pau/O estimado homem é homem/João de Apollo com seu jornal/O zangado Chico Papa-Lagarta/E o primo na calçada do Menescal

10. Diz que é de Sobral/Mal conhece o time de casa/O famoso Guará- Guarany/Teco-Teco boa praça/Toim Barrote na frente/Manés defendendo a zaga

11. Diz que é de Sobral/Nem provou o bolo de batata do seu João/A puxa vendida nas calçadas/E o famoso Teatro São João/O caldo no Tónico Lanche/E a cerveja gelada do Tibão

12. Diz que é de Sobral/Não comprou leite de rosas no Bigodão/Gillette no Mercadinho Jóia/No Mundico Alves arroz e feijão/As havaianas do Mauro Ponte/E as quitinetes do Esperidião

13. Diz que é de Sobral/Não correu nas areias do Rio Acaraú/Pulava de ponta na ponte grande/E no Palmeiras tirava caju/Pisava nas roupas das lavadeiras/E amarelinha com Maria Lú

14. Diz que é de Sobral/Esqueceu do Grupo Escolar/A palmatória de Dona Odete/Os picolés de jatobá/Chamando o “Zé da Macaca”/No dia Sete para machar.

15. Diz que é e Sobral/Nunca comprou fumo no Zé ó Zé/O pão quentinho do Seu Onofre/E o dropes no Chico Caburé/Cimento e acal na Dona Zélia/E da Dona Úrsula, um jigolé.

16. Dia que ama Sobral/Deixou a saudade do sertão/Nas férias viaja pra Portugal/Esquece do seu torrão/No fogareiro a galinha caipira/capote, avoante com leitão.

17. Diz que é de Sobral/Não sabe o que é festa dançante/As tertúlias no Panela Clube/Dos Vintes era mais interessante/Á luz negra do Curtição/No Uruguai bem mais distante

18. Diz que ama Sobral/Não conheceu o Cine Rangel/Bruce Lee no Cine Alvorada/Na Beth Lanche Chopp a granel/Coelhinho sua foto três por quatro/A serigrafia da INGRAPEL

19. Diz que já foi em Sobral/Não andou de Roda Gigante/Dançou com o bumba meu boi/Presenteou na Camisaria Elegante/Comprou chuteira do Sr. Camocim/Na mercearia do Sr. Enoque: DELRIO Refrigerante

20. Diz que é de Sobral/Não contracenou no Teatro São João/O Som da Rádio Imperator/Marcos da Cruz na Locução/As obras do Museu Dom José/Relíquia de nossa região.

21. Diz que é de Sobral/Não sabe a história de nossa gente/Quem foi Pintor Lemos/Maestro Acácio o regente/Cabo Lira, na Expectativa/Chico Frutuoso feitor inteligente/22 - Dia que ama Sobral/Mas não pulou o carnaval/O desfile do Bloco dos Sujos/Tradição nas ruas de Sobral/Provetas, Lero-Lero, TropiKanas no Derby Clube/ Hary - Hary, Corsários, Realce com entrada triunfal.

23. Diz que vem pra Sobral/Mas de ônibus não andou/No famoso Expresso de Luxo/Na Ipu-Brasília nunca no prego ficou/Os apitos da Empresa Brasileiro/De Fortaleza/Ibiapaba e Piauí já pisou.

24. Se tu conheces Sobral/A saudade bateu no coração/A Famosa Princesa do Norte/Acolhe cada cidadão/De outrora: Fazenda Caiçara/Na reminiscência: Vila Januária e Distinta/Antônio Rodrigues Magalhães: Fundador e Capitão (disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/literatura-de-cordel-diz-que-conhece-sobral/164797>)

Atividade de fixação

01. Assinale o verso em que traz uma expressão **informal**, própria da variedade não padrão do português, com sentido de “Muito, demais, em grande quantidade ou intensidade”:

- A) “Deixou a saudade do sertão”.
- B) “Não apreciou a peixada do Chicão”.
- C) “Não conheceu o louro do Pau”.
- D) “Tinha gente p’ra dedel”.

02. No cordel em tela, tem **significado** de “toucinho frito em pequenos pedaços”:

- A) amarelinha.
- B) bodega.
- C) torresmo.
- D) trilho.

03. Verso que traz uma expressão tipicamente **regional** com sentido de “doce ou bala cuja consistência é grudenta, elástica”

- A) “A puxa vendida nas calçadas”.
- B) “Não provou um pastel”.
- C) “populares fazia fila na rua”.
- D) “Mas nunca levou carreira”.

04. O cordelista faz referência à “Carne de sol do Aragão”. Pode ser considerado **sinônimo** de “carne de sol”;

- A) carne do ceará.
- B) contrafilé.
- C) coxão mole.
- D) filé-mignon.

05. Atualmente, temos em Sobral, supermercados, estabelecimentos comerciais de autosserviço onde se exibem à venda gêneros alimentícios, artigos para limpeza doméstica e higiene pessoal, bebidas, artigos para a casa etc. No cordel, o autor faz referência à pequena venda de víveres secos e molhados, presente neste verso:

- A) “E as baladas da Curtição”.
- B) “E não conhece a bodega do Denerval”.
- C) “E o mela-mela em plena Catedral”.
- D) “Enfrentando aquele calozão”.

06. Assinale o verso que traz uma palavra com **sentido** de “cozido feito com vísceras de boi, mocotó e toucinho”:

- A) “A panelada do Tarcísio”.
- B) “Não apreciou a peixada do Chicão”.
- C) “Nem provou o bolo de batata do seu João”.
- D) “O famoso churrasco do Félix”.

07. Verso que traz uma palavra com **sentido** de “brincadeira de carnaval de rua em que as pessoas se divertem atirando nos outros água, talco e goma”

- A) “E o mela-mela em plena Catedral”.
- B) “Passeando entre os trilhos”.
- C) “Nem brincou o carnaval”.
- D) “E a cerveja gelada do Tibão”.

08. No verso “populares **fazia** fila na rua”, a forma grifada marca uma de variedade não padrão do português próprio da fala popular, que não segue a regra de:

- A) concordância verbal.
- B) concordância nominal.
- C) regência verbal.

D) regência nominal.

09. No verso “Domingos Olímpio com Luzia-Homem”, há uma explícita referência ao:

- A) romance cearense.
- B) instrumento de castigo.
- C) arbusto ou árvore pequena.
- D) culto afro-brasileiro.

10. Verso que traz palavra, de origem francesa, com **acepção** de “arco usado para prender cabelos”:

- A) “Cimento e acal na Dona Zélia”.
- B) “E da Dona Úrsula, um jigolé”.
- C) “E o dropes no Chico Caburé”.
- D) “Nunca comprou fumo no Zé ó Zé”.

Unidade E - As Fases do Processo de Leitura

2. A decodificação e a compreensão leitoras

Meta

- Compreender a leitura como um processo de produção de sentido e de interpretação do homem e do mundo.

Objetivos

- Apresentar os fundamentos da leitura como uma prática cognitiva no processamento de textos.
- Conhecer as duas etapas do processo leitor: decodificação e compreensão

Introdução

São duas as fases do processo de leitura: a decodificação e a compreensão. A decodificação consiste em o leitor reconhecer as palavras e transformar os sinais gráficos (letras) para a linguagem oral. A aprendizagem da decodificação se consegue através do conhecimento do alfabeto (no nosso caso, as 26 letras de um sistema de escrita) e da leitura oral, especialmente em voz alta. A compreensão, essência do processo leitor, consiste na captação do sentido da mensagem escrito. No caso da compreensão, sua aprendizagem se consegue através do domínio progressivo dos textos escritos, nos diversos gêneros textuais. **Guarda esta lição:** ler não é apenas decodificar, isto é, ler o texto em voz alta, mas compreender bem o texto lido.

✧Você já pensou na chance de alguém sofrer um acidente fatal utilizando a bicicleta, na comparação com outros meios de transporte? Veja o que aponta uma pesquisa americana sobre os riscos de alguém morrer pedalando.

Leitura 1

Perigo no pedal: estudo mostra os riscos graves de acidentes com ciclistas

Andar de bicicleta é uma paixão mundial e também um meio cada vez mais popular de transporte. Até por essa razão, ganha especial relevância a conclusão a que chegaram pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, que se dedicaram a descobrir qual a prática esportiva que mais eleva o risco de ocorrência de lesões na medula espinhal. Depois de analisarem informações sobre as causas de ferimentos medulares em mais de 80 000 adultos, os cientistas constataram que 12 000 casos foram resultado de acidentes em alguma prática esportiva. Desses, 81% envolveram ciclistas, a maioria por queda da bicicleta ou choques com carros. Lesões na medula espinhal são sérias. Ela está localizada dentro da espinha vertebral e tem a função de levar ao resto do corpo os comandos enviados pelo cérebro. É como se fosse um fio, no seu caso feito de fibras nervosas, que começa no final do tronco cerebral e se estende quase até o fim da espinha. Dependendo do ponto no qual é atingida, o indivíduo pode ficar tetraplégico, paraplégico ou morrer.

O cenário levantado pelos americanos não é muito diferente do encontrado no Brasil. De acordo com estudo que acaba de ser finalizado pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, o total de acidentes graves com ciclistas aumentou 30% nos cinco primeiros meses de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020. Em números absolutos, houve 6 792 episódios neste ano. No ano passado, foram 5 022. A maioria (80%) atingiu homens entre 20 e 59 anos.

Espera-se que levantamentos como o de Harvard e o da associação brasileira acelerem a implementação de políticas públicas de prevenção para tornar o ciclismo mais seguro. “As cidades precisam se transformar em locais mais viáveis para quem anda de bicicleta”, diz o médico Buzatto. Não só isso. A Associação Brasileira de Ciclistas também recomenda que os adeptos tenham maior compromisso na utilização de equipamentos de segurança como capacete, joelheiras e cotoveleiras. Sem falar da importância de motoristas e ciclistas respeitarem as regras e sinalizações de trânsito. A civilidade é compulsória. (Simone Blanes, **Veja**, 10/09/2021)

Atividade de fixação

1. Após a leitura do texto acima, pode-se afirmar que:

- A) A pesquisa americana aponta que lesões na medula espinhal são mais frequentes entre os ciclistas.
- B) No Brasil, as ocorrências de acidentes de trânsito envolvendo motoqueiros cresceram 30%.
- C) Os furtos de bikes acontecem em plena luz do dia, em locais com bastante movimento, sem levantar qualquer suspeita.
- D) Existem mais bicicletas do que carros no Brasil. São cerca de 50 milhões de bikes contra 41 milhões de automóveis.

2. Recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura, a respeito do **gênero** do texto em tela é correto a afirmação:

- A) Trata-se de um poema porque sugere ao leitor estados de alma, sentimentos, impressa subjetiva.
- B) Trata-se de uma crônica por trazer um conteúdo crítico e polêmico, em torno da mobilidade urbana.
- C) Refere-se a um conto por trazer narrativa breve e concisa, contendo um só conflito, uma única ação.
- D) Refere-se a uma notícia por ser relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais, ocorridos no país ou no mundo, veiculado em jornal.

3. A palavra grifada em “Andar de bicicleta é uma paixão mundial e **também** um meio cada vez mais popular de transporte.” transmite a **ideia** de:

- A) Adição
- B) Explicação
- C) Inclusão
- D) Exclusão

4. Qual o **tema** do texto:

- A) Risco de acidentes com ciclistas
- B) Dano patrimonial causado por ciclistas
- C) Indenização decorrentes de acidente de trânsito
- D) o papel da bicicleta na mobilidade urbana

5. Que som a letra **c** representa na palavra **civilidade**:
- A) O som consoante fricativa palatal surda, como em *xadrez*.
 - B) O som da consoante fricativa côncava dental sonora, como em *asa*.
 - C) O som da consoante fricativa côncava dental surda, como em *sal*.
 - D) O som da consoante fricativa linguodental sonora [z], como em *exame*.
6. Pronuncie em voz alta as palavras **indivíduo**, **locais**, **depois**. Em qual delas a letra **i** é pronunciada de maneira mais forte:
- A) depois.
 - B) indivíduo.
 - C) locais.
 - D) viáveis.
7. Nas palavras **joelheiras** e **cotoveleiras**, o **ei** pode ser classificado como:
- A) dígrafo
 - B) ditongo.
 - C) encontro consonantal
 - D) hiato.
8. A palavra grifada em “A civilidade é **compulsória**”, quer dizer:
- A) arbitrário
 - B) discricionário
 - C) obrigatório
 - D) optativo
9. De acordo com o contexto, que palavra completa **adequadamente** “Sem falar da importância de motoristas e ciclistas ? as regras e sinalizações de trânsito.”
- A) infringirem
 - B) respeitarem
 - C) transgredirem
 - D) violarem
10. Qual **função de linguagem** predominante que se destaca no texto:
- A) função emotiva porque se centra no emissor.
 - B) função metalingüística porque se centra no código.

- C) função referencial porque se centra no contexto.
- D) função fática porque se centra na manutenção do contato.

Leitura 2

De onde vêm os limites de velocidade? Por que existem? Quem os determina? Complete os lacunas do texto abaixo usando as palavras adequadas. As escolhas das palavras devem tornar o texto abaixo coerente e coeso.

Como são definidos os limites de velocidade nas estradas?

Com base em duas distâncias. Uma é a de frenagem: quantos metros são necessários para o? parar quando aparece um obstáculo (inclua aí o tempo de reação do motorista). Outra é a de?: se a estrada tem muitas curvas, por exemplo, obstáculos relativamente próximos podem se esconder atrás delas – e aí é bom o condutor ir devagar para não ser pego de surpresa.

De acordo com João Cucci, professor de engenharia de tráfego da Universidade Mackenzie, quando engenheiros de tráfego? um ponto crítico na pista, eles fazem testes práticos para determinar essas duas?. A partir delas, sai um número chamado velocidade diretriz.

A velocidade diretriz é o limite perfeito do ponto de vista de um físico – mas a prática usual é impôr um? ligeiramente menor que a diretriz, para dar margem de erro aos motoristas. Se uma é 130 km/h, a outra será 120 km/h, por exemplo. É como estabelecer a data de validade de um produto antes do vencimento verdadeiro, para poupar o estômago de quem arriscar comer aquele iogurte estragado há alguns dias.

Essa margem de erro é para sua?, e não para te dar uma folga do radar: a multa leva em consideração a velocidade ? mostrada na placa, e não a velocidade diretriz determinada na época da construção da via. Não há nenhum tipo de? para os infratores.

Segundo regulamentação estabelecida pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), as? devem aparecer sempre em múltiplos de 10 – por isso você nunca verá uma placa com 45 km/h ou 55 km/h. Uma placa vale até que a próxima apareça.

Por último, é bom dizer que aspectos pontuais de uma ? podem fazer com que se adote trechos específicos onde a velocidade é reduzida. Por exemplo, se há travessia de escolares, alta incidência de acidentes, mais volume de uso em um local, essa parte terá velocidade menor que os outros.

(Bruno Vaiano, **Revista Superinteressante**, 7/1/2019)

[**As palavras de referência para sua escolha:** detectam, distâncias, limite, máxima, placas, rodovia, segurança, tolerância, veículo, visibilidade]

Unidade F - As Relações Semânticas

3. As relações de significação entre as palavras

Meta

- Identificar e buscar explicar relações semânticas de sinonímia e antonímia e sua aplicabilidade.

Objetivos

- Aprimorar a interpretação textual a partir do domínio do conceito desses recursos semânticos.
- Propiciar ao aluno oportunidades de desenvolver análises nos planos lexical e sentencial utilizando noções e conceitos semânticos (e pragmáticos).

Introdução

Pretendemos, nestas aulas, apresentar um tópico importante no ensino da língua portuguesa: **as relações de significação entre as palavras**. A Semântica é o estudo do significado na linguagem. Mesmo que o termo significado pareça a você uma noção vaga, esperamos convencê-lo (a) de que, ao refletir cuidadosamente sobre a língua que fala e sobre a maneira como a utiliza, poderá chegar a importantes conclusões definitivas quanto à noção do termo significado.

Chamam-se **relações semânticas** as relações de sentido entre as palavras de uma língua (por exemplo, palavras sinônimas, antônimas etc), relações das quais postulam-se os saberes e os conhecimentos prévios dos usuários dessa língua ('competência linguística'), no seu tempo (sincronia) para explicar a comunicação entre os falantes (NEVEU, 2008). Dizendo de outra forma: são as relações semânticas que nos permitem compreender as expressões linguísticas (substantivos, expressões idiomáticas, provérbios etc) e os objetos no mundo (culturas locais, regionais etc).

Leitura

✧ Você sabia que uma pesquisa indicou que comportamentos de risco no trânsito são mais comuns entre homens, pessoas jovens (25 a 34 anos) e com maior escolaridade?

Um em cada cinco brasileiros usa celular ao volante, diz pesquisa

O smartphone se tornou uma necessidade básica do dia a dia, seja para trabalho, lazer ou estudo. No entanto, existem momentos em que seu uso pode ser prejudicial, como ao dirigir, pois pode provocar acidentes de trânsito graves.

Apesar disso, um em cada cinco brasileiros admite mexer no celular enquanto dirige, revelou pesquisa do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (**Vigitel**), ligado ao Ministério da Saúde. Os novos dados apontam ainda que esse hábito é mais comum entre indivíduos jovens (25 a 34 anos) e com maior escolaridade (12 anos ou mais de estudo).

Segundo o **Ministério da Saúde**, os acidentes de trânsito são a segunda maior causa de mortes por fatores externos no Brasil. Em 2017, foram registradas 35.300 mortes no trânsito e 166.277 internações. A imprudência no trânsito resulta em lesões físicas, como amputações e traumatismo cranioencefálico, e sequelas emocionais. Além disso, estima-se que esses incidentes gerem 229,2 milhões de reais ao ano em gastos com internações.

A pesquisa Vigitel 2018 também investigou outra causa comum dos acidentes de trânsito: o **consumo de álcool**. Os resultados mostraram que 5,3% dos entrevistados já conduziram veículos motorizados depois de consumir bebida alcoólica. O hábito é mais comum entre homens (9,3%). Indivíduos jovens e com maior escolaridade estão no topo da lista: 7,9% e 8,6%, respectivamente.

O **excesso de velocidade** foi outro ponto investigado pelo Vigitel 2018. Entre os participantes, 11,4% admitiram ter recebido multas de trânsito devido à alta velocidade no trânsito. Esse comportamento de risco é mais comum entre homens (14%), população jovem (13,4%) e de maior escolaridade (13%).

Para reduzir as mortes por acidentes de trânsito, o Ministério da Saúde criou o **Programa Vida no Trânsito (PVT)** para combater as

principais causas do problema. Desde a sua implantação, em 2010, foi possível reduzir o número de mortes em 17,4%. Em algumas capitais, a redução foi superior a 40%, como é o caso de Aracaju (55,8%), Porto Velho (52%), São Paulo (46,7%), Belo Horizonte (44,7%), Salvador (42,7%) e Maceió (42,9%). (**Revista Veja**, 24/1/2019)

Sinonímia e antonímia

Os dicionários gerais (por exemplo, Houaiss), em geral, assim definem **sinonímia** e **antonímia**: **sinonímia** é a relação de sentido entre duas palavras que têm significados equivalentes semelhantes, permitindo que um seja escolhido pelo outro em alguns contextos, sem alterar o sentido literal da sentença como um todo e **antonímia** diz respeito ao relação de sentido que opõe dois termos contrários, seja numa gradação, como em grande/pequeno, jovem/velho, seja numa reciprocidade, como em comprar/vender, perguntar/responder, ou numa complementaridade, como, por exemplo, ele não é casado/ele é solteiro.

Atividade de fixação

Empregue palavras que garantam a **coerência semântica** das frases extraídos do texto acima. Se preferir, use uma das palavras entre parênteses como sinônimo:

a) “ Existem momentos em que seu uso do smartphone pode ser prejudicial, como ao dirigir, pois pode provocar ? de trânsito graves”. (incidentes, desastres)

b) “ Indivíduos jovens e com maior escolaridade estão no ? da lista: 7,9% e 8,6%, respectivamente.” (base/pico)

c) “ Um em cada cinco brasileiros admite ? no celular enquanto dirige.” (tocar/paralisar)

d) “A ? no trânsito resulta em lesões físicas, como amputações e traumatismo cranioencefálico, e sequelas emocionais.” (desrespeito à lei/ estacionar)

e) “A pesquisa Vigitel 2018 também investigou outra causa comum dos acidentes de trânsito: o ? de álcool.” (intromissão/ingestão)

f) “Estima-se que esses incidentes gerem 229,2 milhões de reais ao ano em gastos com ?.” (detenções/internamentos)

A) “O ? se tornou uma necessidade básica do dia a dia”. (telefone celular, software)

g) “O ? de velocidade foi outro ponto investigado pelo Vigitel 2018.” (tolerância/infração)

h) “Os resultados mostraram que 5,3%dos entrevistados já ? veículos motorizados depois de consumir bebida alcoólica.” (andarilharam/dirigiram)

i) “Para ? as mortes por acidentes de trânsito, o Ministério da Saúde criou o Programa Vida no Trânsito (PVT).“ (diminuir/ dilatar)

j) “Segundo o Ministério da Saúde, os acidentes de trânsito são a segunda maior causa de mortes por fatores ? no Brasil.” (exógenos, endógenos)

Unidade G - Análise e Reflexão sobre a Língua

4. Concordância

Meta

- Usar os conhecimentos construídos na leitura compreensiva, análise e reflexão sobre a língua para verificar suas possibilidades de uso da concordância (verbal e nominal), de modo a saber adequar sua linguagem às exigências das diferentes situações de comunicação.

Objetivos

- Ampliar o seu conhecimento linguístico, aprimorando o uso competente da norma culta, tendo em vista sua atuação social e profissional.

Leitura

Você sabe o que é pedágio urbano? Complete os lacunas do texto abaixo usando as palavras adequadas. As escolhas das palavras devem tornar o texto abaixo coerente e coeso.

Mais que o trânsito

“Apesar de avanços recentes, as capitais brasileiras padecem ainda, em maior ou menor grau, de ? problemas relacionados à mobilidade?. Vias entupidas e um transporte público ? são apenas alguns dos transtornos ? diariamente por dezenas de milhões de cidadãos. Deve-se considerar, nesse sentido, a implementação do pedágio ? em zonas centrais —que, além de aliviar o trânsito e reduzir a poluição, pode gerar recursos para investir no transporte público. Somadas a isso, a expansão de ciclovias, linhas de trem e metrô e faixas de ônibus, bem como a redução de velocidade nas vias ?, constituem o rol ? de soluções que todas as capitais deveriam perseguir para tornar

o deslocamento de seus moradores mais ?, seguro e limpo. (Editorial, **Folha de São Paulo**, 1º.jun.2022)

[**As palavras de referência para sua escolha:** básico, eficiente, enfrentados, graves, particulares, precário, público, urbana, urbanas, urbano]

4.1 Concordância Nominal

Conformidade entre o gênero e/ou o número de um ou mais substantivos e as flexões dos seus modificadores (adjetivos, artigos, numerais, pronomes demonstrativos, possessivos, indefinidos etc) (AZEREDO, 2008).

Exemplo: “Vias **entupidas** e um transporte público **precário** são apenas alguns dos transtornos enfrentados diariamente por dezenas de milhões de cidadãos.”. o adjetivo “entupidas” concorda com “vias”. Em “transporte público precário”, precário concorda com a expressão “transporte público”.

Atividade de fixação

Deixe as frases de acordo com concordância nominal (norma culta):

a) “A invenção do tempo é uma oportunidade para fazer essas perguntas, sempre **difícil**: onde estamos, o que desejamos, o que inventar, para onde ir, como, junto com quem.” (**Folha de São Paulo**, 5/6/2022)

b) “Agora, a chef passa a ensinar também pratos salgados. No Bom Dia Você, Michele tem o desafio de apresentar receitas **gostosa** e de fácil preparo, indo além de sua especialidade.” (**Folha de São Paulo**, 29/04/2022)

c) “Além das contratações **direta**, Padilha pretende discutir a Lei Rouanet na audiência pública.” (**Folha de São Paulo**, 8/06/2022)

d) “Chamados oficialmente de DEF (Dispositivos Eletrônicos para Fumar), os cigarros eletrônicos são **proibido** no Brasil desde 2009 por meio da Resolução de Diretoria Colegiada nº 46 da Anvisa.” (**Folha de São Paulo**, 9/5/2022)

e) "Ainda há uma investigação a ser feita, pessoas a serem ouvidas. Mas não endossamos atitudes **errada**. Se tiverem agido errado, devem pagar", diz." (Folha de São Paulo, 27/06/2022)

f) "Embora a modernidade seja una e unificadora, são diversas as respostas **possível** a ela." (Folha de São Paulo, 4/6/2022)

g) "Foi um exercício de contemplação. Em especial porque, como estamos no final do outono, as temperaturas já estão mais baixas e não somos distraídos pelas tentações **fácil** do verão." (Folha de São Paulo, 8/6/2022)

h) "Mapas mais **detalhado** sobre o fundo do mar são necessários por diversos motivos." (Folha de São Paulo, 8/6/2022)

i) "Na operação, foram destruídos maquinários **utilizado** na extração de ouro, como escavadeiras e motores." (Folha de São Paulo, 21/5/2022)

j) "Os usuários podem fazer quatro pagamentos **igual** sem juros ou taxas." (Folha de São Paulo, 6/6/2022)

4.2 Concordância Verbal

Conformidade de flexão do verbo com as categorias de pessoa e o número do sujeito da oração (AZEREDO, 2008).

Exemplo: "As capitais brasileiras **padecem** ainda, em maior ou menor grau, de graves problemas relacionados à mobilidade urbana." O verbo padecer concorda com o termo "As capitais brasileiras".

Atividade de fixação

Deixe as frases de acordo com concordância verbal (norma culta):

a) "Processos de extradição entre a Suíça e os Estados Unidos **costuma** ser muito céleres porque os dois países têm relações muito próximas. Não costumam haver dúvidas, por exemplo, sobre garantias oferecidas quanto ao respeito ao processo legal ou aos direitos humanos." (Folha de São Paulo, 03/6/2015)

b) "A privacidade deve ser tratada como prioridade em todos os serviços prestados pelo governo municipal. **Deve** existir mecanismos para que os cidadãos consintam explicitamente e sejam informados da forma e do destino dos dados coletados na esfera pública." (Folha de São Paulo, 27/12/2020)

c) “Ainda não **existe** pesquisas sobre o motivo dessa baixa, mas dados sobre o tipo de passageiro que usa ou deixou de usar trens e ônibus dão pistas.” (Folha de São Paulo, 4/6/2022)

d) “As propostas são boas, são proposições abertas para a discussão e **está** havendo debates.” (Folha de São Paulo, 12/06/2004)

e) “Em 2010, mais uma tonelada **foram** roubada, além de 11 quilômetros de pavio e 568 espoletas, responsáveis por acionar a detonação da dinamite em gel.” (Folha de São Paulo, 18/11/2012)

f) “Entre 75% e 80% das pessoas que iam à loja **saía** pelo menos com uma sacola em mãos. Em um shopping comum, essa taxa varia entre 15% e 30%.” (Folha de São Paulo, 7/6/2022)

g) “No ano 2000, que foi um ano em que **havam** vários tipos de receios, eu fiz uma viagem de avião numa Sexta-feira 13. Meus amigos supersticiosos ficaram me alertando do "perigo". (Folha de São Paulo, 12/5/2022)

h) “Se eles não aceitarem, **acabou** as possibilidades na via administrativa. Aí é preciso acionar a Justiça”, afirma o especialista.” (Folha de São Paulo, 30/5/2022)

i) “Todas as madeiras das escadas foram roubadas e as poucas que **sobrou** viraram alimento de cupins.” (Folha de São Paulo, 24/5/2022)

j) “Um estudo feito pela C-Span (Cable-Satellite Public Affairs Network, canal que transmite sessões parlamentares) mostra que, enquanto os canais PBS, CNN e Fox **deu** seis horas de cobertura à convenção republicana, a ABC, a CBS e a NBC dedicaram somente entre duas e três horas de sua programação ao evento.” (Folha de São Paulo, 12/8/ 2000)

5. Regência

Meta

- Usar os conhecimentos construídos na leitura compreensiva, análise e reflexão sobre a língua para avaliar suas possibilidades de uso da regência (verbal e nominal), de modo a saber adequar sua linguagem às exigências das diferentes situações de comunicação.

Objetivos

Ampliar o seu conhecimento linguístico, aprimorando o uso proficiente da norma culta, tendo em vista sua atuação social e profissional.

Leitura

Você sabia que o Aruanda, notável protótipo de automóvel para uso urbano, foi desenvolvido pelo paulistano Ari Antonio da Rocha entre 1963 e 1964 quando, ainda com 23 anos, era universitário e estagiário da Vemag? Complete os lacunas do texto abaixo usando as palavras adequadas. As escolhas das palavras devem tornar o texto abaixo coerente e coeso.

O projetista da máquina do tempo

A viagem no tempo mais recente do Aruanda foi um sucesso. Num salto de 80 anos, a máquina criada em 1964 foi parar no clipe Duas de Cinco +Cóccix-ência, do rapper Criolo. Em quase dez minutos, o filme mostra um ? imaginário no bairro paulistano do Grajaú em 2044. Omicrocarro faz uma ? em meio a drones espíões, hologramas, celulares transparentes, sistemas de reconhecimento facial e assaltos comarmas feitas em impressoras 3D. Só dois upgrades ficcionais foram inseridos no veículo: um painel digital e a direção autônoma. Na cena do Aruanda, duas moças conversam enquanto o veículo roda sozinho pela comunidade. Ari Rocha sonhava em ganhar a vida trabalhando com ?, mas, pela falta de cursos de design automotivo no País, acabou cursando ? na FAU-USP em 1960. E foi graças ao ? com o urbanismo que o Aruanda nasceu, resultado de uma discussão (amigável) comum professor. Rocha contestava as ? defendidas pelos catedráticos, que viam os automóveis como maravilhas modernas das metrópoles e defendiam a ? das cidades para abrigar a crescente frota nacional. “Sou um entusiasta do automóvel, mas as cidades têm de ser feitas para as pessoas, não para os carros”, afirma Ari, expressando uma ? que hoje soa óbvia, mas que nos anos 1960 era um sacrilégio. Movido por esse ideal, o estudante imaginou seu ? como um carro compacto, econômico, ecológico, acessível e produzido no Brasil – características

diametralmente opostas ao que se ? nas ruas então.” (Ulisses Cavalcante, **Revista Super Interessante**, 1º/11/2019)

[**As palavras de referência para sua escolha:** arquitetura, carros, contato, crenças, futuro, ideia, ponta, protótipo, reestruturação, via]

5.1 Regência Nominal

No âmbito da Gramática, assim é denominada a maneira de um nome (substantivo, adjetivo e advérbio) relacionar-se com seus complementos. Fundamentam este conceito os estudos de Azeredo, 2008; Cegalla, 2009; Rocha Lima, 2018; e Sacconi, 1990. Exemplo: “sou-lhe **grato** por tantos cuidados”. O termo “por tantos cuidados” complementa o sentido do adjetivo “grato”.

Atividade de fixação

Complete as frases com as preposições adequadas, contraindo-as com o artigo ou pronome, quando for o caso:

a) “Continua a dúvida ? a melhor alternativa tática. Tite usou também Militão como um zagueiro-lateral, pela direita, pensando em uma emergência na Copa do Mundo.” (**Folha de São Paulo**, 7/6/2022) (a, à, com, de, para com, sobre)

b) “Depois que soube o quão cruel ? as vacas é a forma de produção do leite e de seus derivados e que encontramos as proteínas e cálcio nos vegetais, deixei de consumir o leite e seus derivados e minha saúde só tem melhorado.” (**Folha de São Paulo**, 23/7/2013) (a, à, com, de, para com, sobre)

c) “Era um lorde –um lorde botucatuense, um lorde caipira. Um lorde desapegado das aparências, avesso ? frivolidades e salamaleques, radicalmente contra o consumismo. ” (**Folha de São Paulo**, 6/2/2022) (a, à, com, de, para com, sobre)

d) “Foi atencioso ? os milhares de fãs que passaram até três horas na fila, debaixo de chuva, para entrar na Alesp –exatamente como seu pai seria. E só arredou pé durante a noite, quando a família voltou para casa para descansar.” (**Folha de São Paulo**, 7/6/2022) (a, à, com, de, para com, sobre)

e) “Minha simpatia? os Estados Unidos tem a ver com uma queda que tenho pela ocupação americana durante minha infância.” (**Folha de São Paulo**, 21/9/2014) (a, à, com, de, para com, sobre)

f) “O que temos ao final é um livro de divulgação científica voltado para um público que já consome ciência ou então possui um interesse enorme em áreas afins, dificilmente alcançando um público que é alheio? pesquisa farmacêutica ou biomédica.” (**Folha de São Paulo**, 2/5/2022) (a, à, com, de, para com, sobre)

g) “Os ansiosos? plantão já podem conferir uma espécie de esquentada com os melhores momentos do reality.” (**Folha de São Paulo**, 10/1/2020) (a, à, com, de, para com, sobre)

h) “São pessoas que não perdem oportunidade de expressar desprezo ? suas próprias ações e escolhas, às vezes presas num ciclo de mágoa e flagelo. ” (**Folha de São Paulo**, 1/10/2021) (a, à, com, de, para com, sobre)

i) “Desde 2017, Maria Herminia morava com a filha. "Ela era apegada **com** a vida. Como exemplo para nós ficam a resiliência e o amor? vida." (**Folha de São Paulo**, 7/6/2022) (a, à, com, de, para com, sobre)

j) “Tenho muito respeito? ele.” (**Folha de São Paulo**, 18/12/2021) (a, à, com, de, para com, sobre)

Observação: A escolha desta ou daquela preposição deve obedecer, principalmente, às exigências da clareza e adequar-se aos modos de dizer ou ver o mundo.

5.2 Regência Verbal

É a relação que o verbo estabelece com seu complemento (objeto direto ou indireto). Fundamentam este conceito os estudos de Azeredo, 2008; Cegalla, 2009; Rocha Lima, 2018; Sacconi, 1990. Exemplo: “O lídimo cidadão **obedece** às regras de trânsito”. O verbo obedecer é um verbo transitivo indireto com sentido de “submeter-se à vontade de (outrem)”; portanto, requer objeto indireto (complemento de verbo transitivo indireto, a ele ligado por uma preposição).

Atividade de fixação

Reescreva as frases, substituindo o verbo em destaque pelo que se encontra entre parênteses, procedendo as alterações necessárias:

a) “Durante o tratamento, o médico que **acudiu** ele disse que os especialistas nessa área têm bastante campo de trabalho.” (**Folha de São Paulo, 30/9/2004**) (atender)

b) “Ao mesmo tempo, 87% rejeitaram os aumentos de tributos e cortes de gastos públicos necessários para **ouvir** as reivindicações do movimento — e 56% avaliaram que o resultado é prejudicial ao “brasileiro em geral”. (**Folha de São Paulo, 2/6/2018**) (atender)

c) “Durante a conversa com o repórter, o livreiro se definiu meia dúzia de vezes como um “apaixonado por livros” —e usou mais vezes ainda a palavra “sonhador”. Segundo ele, a proprietária do espaço estava prestes a fechar contrato para abrigar ali uma lavanderia quando **obedeceu** os apelos de Eliezer, tocada ao ver seu compadrio com moradores da mesma rua.” (**Folha de São Paulo, 14/5/2022**) (atender)

d) “Este livro já nasce com a vocação de se transformar num clássico, tanto pelo projeto **pretendido**, quanto pela síntese que ele é da obra de um pensador verdadeiramente original” (**Folha de São Paulo, 13/12/1996**) (aspirar)

e) “Inventamos um ser humano utópico, que tem ética, tem solidariedade, e que nós tentamos ser. Mesmo que a gente não consiga, nós **almejam** ser esse ser humano melhor.” (**Folha de São Paulo, 1/12/2016**) (aspirar)

f) “Na noite em que cidade de São Paulo registrou 7,9°C e a sensação térmica foi de apenas 2°C, muitos grupos que **socorrem** população de rua tentaram sanar, ainda que superficialmente, o frio.” (**Folha de São Paulo, 19/5/2022**) (assistir)

g) “Nasceu no agreste de Lagoa Seca (PB), quando sua aridez era ainda de Campina Grande. Seu irmão bateu pé, mas ele **ouviu** a mãe quando levado ao convento Ipuarana, para virar frade.” (**Folha de São Paulo, 6/2/2008**) (atender)

h) “O aspecto aberto da encenação cria um efeito de distanciamento crítico que faz com que o fascínio pela trama amorosa não se sobreponha à razão viva de quem o **ajuda**” (**Folha de São Paulo, 25/1/2018**) (assistir)

i) “O perfil da loira de cabelos escovados, com inglês de apresentadora de TV, **satisfez** o diretório republicano local, que a escolheu para concorrer à Assembleia.” (Folha de São Paulo, 03/8/2016) (**Agradar**)

j) “Uma das táticas usadas pelos cobradores para pressionar os devedores é dar publicidade à cobrança. Seja ligando para a casa do devedor e falando com qualquer pessoa que **responder** o telefone, seja ligando para os vizinhos e colocando-os a par da situação com a desculpa de que precisam dar um recado, ou até mandando correspondência cujo envelope denote tratar-se de cobrança.” (Folha de São Paulo, 10/09/2001) (**atender**)

PARTE III
GUIA ORTOGRÁFICO (BRASIL, 2008)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do referido Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, na qualidade de depositário do ato, em 24 de junho de 1996;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 1º de janeiro de 2007, inclusive para o Brasil, no plano jurídico externo;

DECRETA:

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

~~Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.~~

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida. (Redação dada pelo Decreto nº 7.875, de 2012)

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.9.2008

ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional,

Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos Países signatários,

a República Popular de Angola,

a República Federativa do Brasil,

a República de Cabo Verde,

a República da Guiné-Bissau,

a República de Moçambique,

a República Portuguesa,

e a República Democrática de São Tomé e Príncipe,

acordam no seguinte:

Artigo 1º

É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e vai acompanhado da respectiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Artigo 2º

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

Artigo 3º

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1º de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

Artigo 4º

Os Estados signatários adotarão as medidas que entenderem adequadas ao efetivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3º.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

JOSÉ MATEUS DE ADELINO PEIXOTO

Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL

CARLOS ALBERTO GOMES CHIARELLI

Ministro da Educação

PELA REPÚBLICA DE CABO VERDE

DAVID HOPFFER ALMADA

Ministro da Informação, Cultura e Desportos

PELA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

ALEXANDRE BRITO RIBEIRO FURTADO

Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 LUIS BERNARDO HONWANA
 Ministro da Cultura
 PELA REPÚBLICA PORTUGUESA
 PEDRO MIGUEL DE SANTANA LOPES
 Secretário de Estado da Cultura
 PELA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
 LÍGIA SILVA GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO COSTA
 Ministra da Educação e Cultura
 ANEXO I
 ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA
 (1990)

Base I

Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a	A	(á)	j	J	(jota)	s	S	(esse)
b	B	(bê)	k	K	(capa out cá)	T		(tê)
c	C	(cê)	l	L	(ele)	u	U	(u)
d	D	(dê)	m	M	(eme)	v	V	(vê)
e	E	(é)	n	N	(ene)	w	W	(dáblio)
f	F	(efe)	o	O	(ó)	x	X	(xis)
g	G	(gê ou guê)	p	P	(pê)	y	Y	(ípsilon)
h	H	(agá)	q	Q	(quê)	z	Z	(zê)
i	I	(i)	r	R	(erre)			

Obs.: 1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Franklin, frankliniano; Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano; Byron, byroniano; Taylor, taylorista;*

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Kwanza, Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;*

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: *TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.*

3º) Em congruência com o número anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersônia/jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller, shakespeariano, de Shakespeare.*

Os vocabulários autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de *fúcsia/ fúchsia* e derivados, *buganvília/ buganvílea/ bougainvillea*).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica *ch, ph* e *th* podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como *Baruch, Loth, Moloch, Ziph*, ou então simplificar-se: *Baruc, Lot, Moloc, Zif*. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José, Nazaré*, em vez de *Joseph, Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

5º) As consoantes finais grafadas *b, c, d, g* e *t* mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica: *Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.*

Integram-se também nesta forma: *Cid*, em que o *d* é sempre pronunciado; *Madrid* e *Valhadolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e *Calecut* ou *Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó, Davi* e *Jacó*.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*,

substituído por *Antuérpia*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Genève*, por *Genebra*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Milano*, por *Milão*; *München*, por *Munique*; *Torino*, por *Turim*; *Zürich*, por *Zurique*, etc.

Base II Do *h* inicial e final

1º) O *h* inicial emprega-se:

a) Por força da etimologia: *haver*, *hélice*, *hera*, *hoje*, *hora*, *homem*, *humor*.

b) Em virtude de adoção convencional: *hã?*, *hem?*, *hum!*.

2º) O *h* inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: *erva*, em vez de *herva*; e, portanto, *ervaçal*, *ervanário*, *ervoso* (em contraste com *herbáceo*, *herbanário*, *herboso*, formas de origem erudita);

b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: *biebdomadário*, *desarmonia*, *desumano*, *exaurir*, *inábil*, *lobisomem*, *reabilitar*, *reaver*;

3º) O *h* inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: *anti-higiénico/anti-higiênico*, *contra-haste*; *pré-história*, *sobre-humano*.

4º) O *h* final emprega-se em interjeições: *ah!* *oh!*

Base III Da homofonia de certos grafemas consonânticos

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre ch e x: *achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixel, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.*

2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: *adágio, alfavame, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigid, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.*

3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: *ânsia, ascensão, aspensão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acostrar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codessedada, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mossã, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar; acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguiça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.*

4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fónico/fônico: *adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer,*

esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o *x = s* muda para *s* sempre que está precedido de *i* ou *u*: *justapor, justalinear, misto, sistino* (cf. *Capela Sistina*), *Sisto*, em vez de *juxtapor, juxtalinear, mixto, sixtina, Sixto*.

b) Só nos advérbios em *-mente* se admite *z*, com valor idêntico ao de *s*, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. *capazmente*, etc.); de contrário, o *s* toma sempre o lugar de *z*: *Biscaia*, e não *Bizcaia*.

5º) Distinção gráfica entre *s* final de palavra e *x* e *z* com idêntico valor fónico/fônico: *aguarrás, aliás, anis, após atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdés; cálix, Félix, Fénix, flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez* (substantivo e forma do verbo *fazer*), *fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz*. A propósito, deve observar-se que é inadmissível *z* final equivalente a *s* em palavra não oxítone: *Cádiz*, e não *Cádiz*.

6º) Distinção gráfica entre as letras interiores *s*, *x* e *z*, que representam sibilantes sonoras: *aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso* (nome de lugar, homónimo/homónimo de *Luso*, nome mitológico), *Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obséquio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exhibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela*.

Base IV
Das seqüências consonânticas

1º) O *c*, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das seqüências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto*, *convicção*, *convicto*, *ficção*, *friccionar*, *pacto*, *pictural*; *adepto*, *apto*, *díptico*, *erupção*, *eucalipto*, *inepto*, *núpcias*, *rapto*.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação*, *acionar*, *afetivo*, *aflicção*, *aflito*, *ato*, *coleção*, *coletivo*, *direção*, *diretor*, *exato*, *objeção*; *adoção*, *adotar*, *batizar*, *Egito*, *ótimo*.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto* e *aspeto*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*; *facto* e *fato*, *sector* e *setor*, *ceptro* e *cetro*, *concepção* e *conceção*, *corrupto* e *corruto*, *recepção* e *receção*.

d) Quando, nas seqüências interiores *mpc*, *mpç* e *mpt* se eliminar o *p* de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-se, respectivamente *nc*, *nç* e *nt*: *assumpcionista* e *assuncionista*; *assumpção* e *assunção*; *assumptível* e *assuntível*; *peremptório* e *perentório*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *sumptuosidade* e *suntuosidade*.

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o *b* da seqüência *bd*, em *súbdito*; o *b* da seqüência *bt*, em *subtil* e seus derivados; o *g* da seqüência *gd*, em *amígdala*, *amigdalácea*, *amigdalalar*, *amigdalato*, *amigdalite*, *amigdalóide*, *amigdalopatia*, *amigdalotomia*; o *m* da seqüência *mn*, em *amnístia*, *amnístiar*, *indemne*, *indemnidade*, *indemnizar*, *omnímodo*, *omnipotente*, *omnisciente*, etc.; o *t*, da seqüência *tm*, em *aritmética* e *aritmético*.

Base V
Das vogais átonas

1º) O emprego do *e* e do *i*, assim como o do *o* e do *u*, em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com *e* e *i*: *ameaça, amear, antecipar, arrepiar, banhar, boreal, campeão, cardeal* (prelado, ave planta; diferente de *cardial* = “relativo à cárdia”), *Ceará, côdea, enseada, enteadado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase* (em vez de *quási*), *real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial* (adjetivo e substantivo), *corriola, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe* (e identicamente *Filipa, Filipinas*, etc.), *freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, desigual, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso;*

b) Com *o* e *u*: *abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar, costume, discolor, êmbolo, engolir, epístola, esbaforir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocosos, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, távoa, tavoada, tábua, tômbola, veio* (substantivo e forma do verbo *vir*); *açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fémur/fêmur, fístula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, virtualha.*

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente *e* e *i* ou *o* e *u* em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se *e* ou *i*, *o* ou *u*. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com *e*, e não com *i*, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em *-eio* e *-eia*, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: *aldeão, aldeola, aldeota* por *aldeia*; *areal, areeiro, areento, Areosa* por *areia*; *aveal* por *aveia*; *baleal* por *baleia*; *cadeado* por *cadeia*; *candeeiro*

por *candeia*; *centeeira* e *centeeiro* por *centeio*; *colmeal* e *colmeeiro* por *colmeia*; *correada* e *correame* por *correia*.

b) Escrevem-se igualmente com *e*, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/tônica, os derivados de palavras que terminam em *e* acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: *ea*, *ee*): *galeão*, *galeota*, *galeote*, de *galé*; *coreano*, de *Coreia*; *daomeano*, de *Daomé*; *guineense*, de *Guiné*; *poleame* e *poleeiro*, de *polé*.

c) Escrevem-se com *i*, e não com *e*, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula – *iano* e – *iense*, os quais são o resultado da combinação dos sufixos – *ano* e – *ense* com um *i* de origem analógica (baseado em palavras onde – *ano* e – *ense* estão precedidos de *i* pertencente ao tema: *horaciano*, *italiano*, *duriense*, *flaviense*, etc.): *açoriano*, *acriano* (de *Acre*), *camoniano*, *goisiano* (relativo a *Damião de Góis*), *siniense* (de *Sines*), *sofocliano*, *torriano*, *torriense* (de *Torre(s)*).

d) Uniformizam-se com as terminações – *io* e – *ia* (átonas), em vez de – *eo* e – *ea*, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal: *cúmio* (popular), de *cume*; *hástia*, de *haste*; *réstia*, do antigo *reste*; *véstia*, de *veste*.

e) Os verbos em – *ear* podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em – *iar*, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em – *eio* ou – *eia* (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: *aldear*, por *aldeia*; *alhear*, *alheio*; *cear*, por *ceia*; *encadear*, por *cadeia*; *pear*, por *peia*; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotônicas em – *eio*, – *eias*, etc.: *clarear*, *delinear*, *devanear*, *falsear*, *granjear*, *guerrear*, *hastear*, *nomear*, *semear*, etc. Existem, no entanto, verbos em – *iar*, ligados a substantivos com as terminações átonas – *ia* ou – *io*, que admitem variantes na conjugação: *negoceio* ou *negocio* (cf. *negócio*); *premeio* ou *premio* (cf. *prémio/prêmio*); etc.

f) Não é lícito o emprego do *u* final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: *moto*, em vez de *mótu* (por exemplo, na expressão *de moto próprio*); *tribo*, em vez de *tríbu*.

g) Os verbos em – *oar* distinguem-se praticamente dos verbos em – *uar* pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotônicas, que têm sempre o *a* na sílaba acentuada: *abençoar* com *o*, como *abenção*,

abençoas, etc.; *destoar*, com *o*, como *destoo*, *destoas*, etc.: mas *acentuar*, com *u*, como *acentuo*, *acentuas*, etc.

Base VI Das vogais nasais

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre *a*; por *m*, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por *n*, se é de timbre diverso de *a* e está seguida de *s*: *afã*, *grã*, *Grã-Bretanha*, *lã*, *órfã*, *sã-braseiro* (forma dialetal; o mesmo que *são-brasense* = de S. Brás de Alportel); *clarim*, *tom*, *vacum*; *flautins*, *semitons*, *zunzuns*.

2º) Os vocábulos terminados em *-ã* transmitem esta representação do *a* nasal aos advérbios em *-mente* que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por *z*: *cristãmente*, *irmãmente*, *sãmente*; *lãzudo*, *maçãzita*, *manhãzinha*, *romãzeira*.

Base VII Dos ditongos

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por *i* ou *u*: *ai*, *ei*, *éi*, *ui*; *au*, *eu*, *éu*, *iu*, *ou*: *braçais*, *caixote*, *deveis*, *eirado*, *farnéis* (mas *farneizinhos*), *goivo*, *goivar*, *lençóis* (mas *lençoizinhos*), *tafuis*, *uivar*, *cacau*, *cacauero*, *deu*, *endeusar*, *ilhéu* (mas *ilhezito*), *mediu*, *passou*, *regougar*.

Obs: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados *ae*(= *âi* ou *ai*) e *ao* (= *âu* ou *au*): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos *Caetano* e *Caetana*, assim como nos respectivos derivados e compostos (*caetaninha*, *são-caetano*, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição *a* com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo *o*, ou seja, *ao* e *aos*.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado *ui*, e não a seqüência vocálica grafada *ue*, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em – *uir*: *constituís, influí, retribuí*. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado *ui* de sílaba final ou fim de palavra (*azuis, fui, Guardafui, Rui*, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em – *air* e em – *oer*: *atrais, cai, sai; móis, remói, sói*.

b) É o ditongo grafado *ui* que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um *u* a um *i* átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como *fluido* de formas como *gratuito*. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas *u* e *i* se separem: *fluídico, fluidez (u-i)*.

c) Além, dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por *ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo*: *áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo*.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tônicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m*. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: *ãe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *ãi* (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplos: *cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, mãozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçõezinhas, põe, repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo *ũi*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *rũi = ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m* são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

i) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: *amam*, *deviam*, *escreveram*, *puseram*;

ii) *em* (tónico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: *bem*, *Bembom*, *Bemposta*, *cem*, *devem*, *nem*, *quem*, *sem*, *tem*, *virgem*; *Bencanta*, *Benfeito*, *Benfica*, *benquisto*, *bens*, *enfim*, *enquanto*, *homenzarrão*, *homenzinho*, *nuvenzinha*, *tens*, *virgens*, *amém* (variação de *ámen*), *armazém*, *convém*, *mantém*, *ninguém*, *porém*, *Santarém*, *também*; *convêm*, *mantêm*, *têm* (3^{as} pessoas do plural); *armazéns*, *desdéns*, *convéns*, *reténs*; *Belenzada*, *vintenzinho*.

Base VIII

Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas *-a*, *-e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *está*, *estás*, *já*, *olá*; *até*, *é*, *és*, *olé*, *pontapé(s)*; *avó(s)*, *dominó(s)*, *paletó(s)*, *só(s)*.

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em *-e* tónico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*; *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guiché* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô*, *ró* (letra do alfabeto grego) e *rô*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada *-a*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *-r*, *-s* ou *-z*: *adorá-lo(s)* (de *adorar-lo(s)*), *dá-la(s)* (de *dar-la(s)*)

ou dá(s)-la(s)), fá-lo(s) (de faz-lo(s)), fá-lo(s)-ás (de far-lo(s)-ás), habitá-la(s)-iam (de habitar-la(s)-iam), trá-la(s)-á (de trar-la(s)-á);

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado –em (exceto as formas da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos compostos de *ter* e *vir*: *retêm*, *sustêm*; *advêm*, *provêm*; etc) ou –ens: *acém*, *detém*, *deténs*, *entretém*, *entreténs*, *harém*, *haréns*, *porém*, *provém*, *provéns*, *também*;

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados –éi, –éu ou –ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de –s: *anéis*, *batéis*, *fiéis*, *papéis*; *céu(s)*, *chapéu(s)*, *ilhéu(s)*, *véu(s)*; *corrói* (de *corroer*), *herói(s)*, *remói* (de *remoer*), *sóis*.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam –e ou –o, seguidas ou não de –s: *cortês*, *dê*, *dês* (de *dar*), *lê*, *lês* (de *ler*), *português*, *você(s)*; *avô(s)*, *pôs* (de *pôr*), *robô(s)*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos –lo(s) ou –la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam –e ou –o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas –r, –s ou –z: *detê-lo(s)* (de *deter-lo(s)*), *fazê-la(s)* (de *fazer-la(s)*), *fê-lo(s)* (de *fez-lo(s)*), *vê-la(s)* (de *ver-la(s)*), *compô-la(s)* (de *compor-la(s)*), *repô-la(s)* (de *repor-la(s)*), *pô-la(s)* (de *por-la(s)* ou *pôs-la(s)*).

3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de *cor* (ô), substantivo, e *cor* (ó), elemento da locução *de cor*; *colher* (ê), verbo, e *colher* (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal *pôr*, para a distinguir da preposição *por*.

Base IX

Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas

1º) As palavras paroxítona não são em geral acentuadas graficamente: *enjoo*, *grave*, *homem*, *mesa*, *Tejo*, *vejo*, *velho*, *voo*; *avanço*, *floresta*; *abençoo*, *angolano*, *brasileiro*; *descobrimento*, *graficamente*, *moçambicano*.

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam

em *-l*, *-n*, *-r*, *-x* e *-ps*, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: *amável* (pl. *amáveis*), *Aníbal*, *dócil* (pl. *dóceis*), *dúctil* (pl. *dúcteis*), *fóssil* (pl. *fósseis*), *réptil* (pl. *réptéis*; var. *reptil*, pl. *reptis*); *cármem* (pl. *cármenes* ou *carmens*; var. *carne*, pl. *carmes*); *dólmen* (pl. *dólmenes* ou *dolmens*), *éden* (pl. *édenes* ou *edens*), *líquen* (pl. *líquenes*), *lúmen* (pl. *lúmenes* ou *lumens*); *açúcar* (pl. *açúcares*), *almíscar* (pl. *almíscares*), *cadáver* (pl. *cadáveres*), *caráter* ou *carácter* (mas pl. *carateres* ou *caracteres*), *ímpar* (pl. *ímpares*); *Ájax*, *córtex* (pl. *córtex*; var. *córtice*, pl. *córtices*), *índex* (pl. *index*; var. *índice*, pl. *índices*), *tórax*, (pl. *tórax* ou *tóraxes*; var. *torace*, pl. *toraces*); *bíceps* (pl. *bíceps*; var. *bicípite*, pl. *bicípites*), *fórceps* (pl. *fórceps*; var. *fórcipe*, pl. *fórcipes*).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): *sémen* e *sêmen*, *xénon* e *xênon*; *fémur* e *fêmur*, *vómer* e *vômer*; *Fénix* e *Fênix*, *ónix* e *ônix*.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas *a*, *e*, *o* e ainda *i* ou *u* e que terminam em *-ã(s)*, *-ão(s)*, *-ei(s)*, *-i(s)*, *-um*, *-uns* ou *-us*: *órfã* (pl. *órfãs*), *acórdão* (pl. *acórdãos*), *órfão* (pl. *órfãos*), *órgão* (pl. *órgãos*), *sótão* (pl. *sótãos*); *hóquei*, *jóquei* (pl. *jóqueis*), *amáveis* (pl. de *amável*), *fáceis* (pl. de *fácil*), *fósseis* (pl. de *fóssil*), *amáreis* (de *amar*), *amáveis* (id.), *cantaréis* (de *cantar*), *fizéreis* (de *fazer*), *fizésseis* (id.); *beribéri* (pl. *beribéris*), *bílis* (sg. e pl.), *íris* (sg. e pl.), *júri* (pl. *júris*), *oásis* (sg. e pl.); *álbum* (pl. *álbuns*), *fórum* (pl. *fóruns*); *húmus* (sg. e pl.), *vírus* (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas *e* e *o* em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: *pónei* e *pônei*; *gónis* e *gônis*, *pénis* e *pênis*, *ténis* e *tênis*; *bónus* e *bônus*, *ónus* e *ônus*, *tónus* e *tônus*, *Vénus* e *Vênus*.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: *assembleia*, *boleia*, *ideia*, tal como *aldeia*, *baleia*, *cadeia*, *cheia*, *meia*; *coreico*, *epopeico*, *onomatopeico*, *proteico*; *alcaloide*, *apoio*

(do verbo *apoiar*), tal como *apoio* (subst.), *Azoia*, *boia*, *boina*, *comboio* (subst.), tal como *comboio*, *comboias*, etc. (do verbo *comboiar*), *dezoito*, *estroina*, *heroico*, *introito*, *jiboia*, *moina*, *paranoico*, *zoina*.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-l*, *-n*, *-r* ou *-x*, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: *cônsul* (pl. *cônsules*), *pênsil* (*pênséis*), *têxtil* (pl. *têxteis*); *cânon*, var. *cânone*, (pl. *cânones*), *plâncton* (pl. *plânctons*); *Almodôvar*, *aljôfar* (pl. *aljôfares*), *âmbar* (pl. *âmbares*), *Câncer*, *Tânger*; *bômbax* (sg. e pl.), *bômbix*, var. *bômbice*, (pl. *bômbices*).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia *a*, *e*, *o* e que terminam em *-ão(s)*, *-eis*, *-i(s)* ou *-us*: *bênção(s)*, *côvão(s)*, *Estêvão*, *zângão(s)*; *devêreis* (de *dever*), *escrevêsseis* (de *escrever*), *fôreis* (de *ser* e *ir*), *fôsseis* (id.), *pênséis* (pl. de *pênsil*), *têxteis* (pl. de *têxtil*); *dândi(s)*, *Mênfis*; *ânus*.

c) As formas verbais *têm* e *vêm*, 3ªs pessoas do plural do presente do indicativo de *ter* e *vir*, que são foneticamente paroxítonas (respectivamente /tãjãj/, /vãjãj/ ou /têj/, /vêj/ ou ainda /têjêj/, /vêjêj/; cf. as antigas grafias preteridas, *têm*, *vêm*), a fim de se distinguirem de *tem* e *vem*, 3ªs pessoas do singular do presente do indicativo ou 2ªs pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: *abstêm* (cf. *abstém*), *advêm* (cf. *advém*), *contêm* (cf. *contém*), *convêm* (cf. *convém*), *desconvêm* (cf. *desconvém*), *detêm* (cf. *detém*), *entretêm* (cf. *entretém*), *intervêm* (cf. *intervém*), *mantêm* (cf. *mantém*), *obtêm* (cf. *obtém*), *provêm* (cf. *provém*), *sobrevêm* (cf. *sobrevém*).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias *detêm*, *intervêm*, *mantêm*, *provêm*, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, *pôde* (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (*pode*).

b) Facultativamente, *dêmos* (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (*demos*); *fôrma* (substantivo), distinta de *forma* (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo *formar*).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: *creem*, *deem* (conj.), *descreem*, *desdeem* (conj.), *leem*, *preveem*, *redeem* (conj.), *releem*, *reveem*, *tresleem*, *veem*.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tônica fechada com a grafia *o* em palavras paroxítonas como *enjoo*, substantivo e flexão de *enjoar*, *povoo*, flexão de *povoar*, *voo*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (á), flexão de *parar*, e *para*, preposição; *pela(s)* (é), substantivo e flexão de *pelar*, e *pela(s)*, combinação de *per* e *la(s)*; *pelo* (é), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (ê), substantivo ou combinação de *per* e *lo(s)*; *polo(s)* (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*; etc.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de *acerto* (ê), substantivo e *acerto* (é), flexão de *acertar*; *acordo* (ô), substantivo, e *acordo* (ó), flexão de *acordar*; *cerca* (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva *cerca de*, e *cerca* (é), flexão de *cercar*; *coro* (ô), substantivo, e *coro* (ó), flexão de *corar*; *deste* (ê), contracção da preposição *de* com o demonstrativo *este*, e *deste* (é), flexão de *dar*; *fora* (ô), flexão de *ser* e *ir*, e *fora* (ó), advérbio, interjeição e substantivo; *piloto* (ô), substantivo, e *piloto* (ó), flexão de *pilotar*, etc.

Base X

Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas

1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de *s*: *adaís* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *atrair*), *baú*, *caís* (de *cair*), *Esaú*, *jacuí*, *Luís*, *país*, etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataíde*, *atraíam* (de *atrair*), *atraisse* (id.), *baía*, *balaústre*, *cafeína*, *ciúme*, *egoísmo*, *faísca*, *faúlha*, *graúdo*, *influíste* (de *influir*), *juízes*, *Luísa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche*, etc.

2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de *nh*, *l*, *m*, *n*, *r* e *z*: *bainha*, *moinho*, *rainha*; *adail*, *paul*, *Raul*; *Aboim*, *Coimbra*, *ruim*; *ainda*, *constituínte*, *oriundo*, *ruins*, *triuífo*; *at-rainr*. *demiúñrgo*, *influir*, *influírmós*; *juiz*, *raiz*; etc.

3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada *i* das formas oxítonas terminadas em *r* dos verbos em *-air* e *-uir*, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas *-lo(s)*, *-la(s)*, que levam à assimilação e perda daquele *-r*: *atraí-lo(s)* (de *atrair-lo(s)*); *atraí-lo(s)-ia* (de *atrair-lo(s)-ia*); *possuí-la(s)* (de *possuir-la(s)*); *possuí-la(s)-ia* (de *possuir-la(s)-ia*).

4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: *baiuca*, *boiuno*, *cauila* (var. *cauira*), *cheiinho* (de *cheio*), *saiinha* (de *saia*).

5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* quando, precedidas de ditongo, pertencem as palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de *s*: *Piauí*, *teíú*, *teíús*, *tuiuíú*, *tuiuíús*.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de *s*, tais vogais dispensam o acento agudo: *cauim*.

6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados *iu* e *ui*, quando precedidos de vogal: *distraiu*, *instruiu*, *pauis* (pl. de *paul*).

7º) Os verbos *arguir* e *redarguir* prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada *u* nas formas rizotónicas/rizotônicas: *arguo, arguis, argui, arguem, argua, arguas, argua, arguam*. Os verbos do tipo de *aguar, apaniguar, apaziguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir* e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no *u* mas sem marca gráfica (a exemplo de *averiguo, averiguas, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averiguem; enxaguo, enxaguas, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxague, enxaguem, etc.; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delinquís*) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas fónica/fônica e graficamente nas vogais *a* ou *i* radicais (a exemplo de *averíguo, averíguas, averígua, averíguam; averígue, averígues, averígue, averíguem; enxáguo, enxáguas, enxágua, enxáguaim; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem; delínquo, delínques; delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delinquám*).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em *-ingir* (*atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, etc.*) e os verbos em *-inguir* sem prolação do *u* (*distinguir, extinguir, etc.*) têm grafias absolutamente regulares (*atinjo, atinja, atinge, atingimos, etc; distingo, distinga, distingue, distinguimos, etc.*)

Base XI

Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

1º) Levam acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta: *árabe, cáustico, Cleópatra, esqualido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;*

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tónicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (*-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -*

uo, etc.): *álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.*

2º) Levam acento circunflexo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: *anacreônico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspêra, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;*

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tônica/tônica, e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: *amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.*

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: *acadêmico/acadêmico, anatômico/anatômico, cênico/cênico, cómodo/cômodo, fenômeno/fenômeno, gênero/gênero, topônimo/topônimo; Amazônia/Amazônia, Antônio/Antônio, blasfêmia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gêmeo/gêmeo, gênio/gênio, ténue/tênue.*

Base XII

Do emprego do acento grave

1º) Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo *o*: *à (de a + a), às (de a + as);*

b) Na contração da preposição *a* com os demonstrativos *aquele, aquela, aqueles, aquelas* e *aquilo* ou ainda da mesma preposição com os compostos *aqueloutro* e suas flexões: *àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s);*

Base XIII

Da supressão dos acentos em palavras derivadas

1º) Nos advérbios em *-mente*, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *avidamente* (de *ávido*), *debilmente* (de *débil*), *facilmente* (de *fácil*), *habilmente* (de *hável*), *ingenuamente* (de *ingênuo*), *lucidamente* (de *lúcido*), *mamente* (de *má*), *somente* (de *só*), *unicamente* (de *único*), etc.; *candidamente* (de *cândido*), *cortesmente* (de *cortês*), *dinamicamente* (de *dinâmico*), *espontaneamente* (de *espontâneo*), *portuguesmente* (de *português*), *romanticamente* (de *romântico*).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por *z* e cujas formas de base apresentam vogas tónica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: *aneizinhos* (de *anéis*), *avozinha* (de *avó*), *bebezito* (de *bebê*), *cafezada* (de *café*), *chapeuzinho* (de *chapéu*), *chazeiro* (de *chá*), *heroizito* (de *herói*), *ilheuzito* (de *ilhéu*), *mazinha* (de *má*), *orfãozinho* (de *órfão*), *vintenzito* (de *vintém*), etc.; *avozinho* (de *avô*), *bençãozinha* (de *bênção*), *lampadazita* (de *lâmpada*), *pessegozito* (de *pêssego*).

Base XIV

Do trema

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: *saudade*, e não *s^oaudade*, ainda que tetrassílabo; *saudar*, e não *saüdar*, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um *i* ou um *u* de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um *i* ou um *u* de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tónica/tônica ou átona, o *u* de *gu* ou de *qu* de um *e* ou *i* seguintes: *arruinar*, *constituiria*, *depoimento*, *esmiuçar*, *faiscar*, *faulhar*, *oleicultura*, *paraibano*, *reunião*; *abaiucado*, *auiqui*, *caiuá*, *cauixi*, *piauiense*; *aguentar*, *anguiforme*, *arguir*, *bilíngue* (ou *bilingue*), *lingueta*, *linguista*, *linguístico*; *cinqüenta*, *equestre*, *frequentar*, *tranquilo*, *ubiquidade*.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *hübneriano*, de *Hübner*, *mülleriano*, de *Müller*, etc.

Base XV

Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: *ano-luz*, *arcebispo-bispo*, *arco-frís*, *decreto-lei*, *és-sueste*, *médico-cirurgião*, *rainha-cláudia*, *tenente-coronel*, *tio-avô*, *turma-piloto*; *alcaide-mor*, *amor-perfeito*, *guarda-noturno*, *mato-grossense*, *norte-americano*, *porto-alegrense*, *sul-africano*; *afro-asiático*, *afro-luso-brasileiro*, *azul-escuro*, *luso-brasileiro*, *primeiro-ministro*, *primeiro-sargento*, *primo-infeção*, *segunda-feira*, *conta-gotas*, *finca-pé*, *guarda-chuva*.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: *girassol*, *madressilva*, *mandachuva*, *pontapé*, *paraquedas*, *paraquedista*, etc.

2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos *grã*, *grão* ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: *Grã-Bretanha*, *Grão-Pará*; *Abre-Campo*; *Passa-Quatro*, *Quebra-Costas*, *Quebra-Dentes*, *Traga-Mouros*, *Trinca-Fortes*; *Albergaria-a-Velha*, *Baía de Todos-os-Santos*, *Entre-os-Rios*, *Montemor-o-Novo*, *Trás-os-Montes*.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul*, *Belo Horizonte*, *Cabo Verde*, *Castelo Branco*, *Freixo de Espada à Cinta*, etc. O topónimo/topônimo *Guiné-Bissau* é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: *abóbora-menina*, *couve-flor*, *erva-doce*, *feijão-verde*; *benção-de-deus*, *erva-do-chá*, *ervilha-de-cheiro*, *fava-de-santo-inácio*; *bem-me-quer* (nome de planta que também se dá

à margarida e ao malmequer); *andorinha-grande*, *cobra-capelo*, *formiga-branca*; *andorinha-do-mar*, *cobra-d'água*, *lesma-de-conchinha*; *bem-te-vi* (nome de um pássaro).

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou *h*. No entanto, o advérbio *bem*, ao contrário do *mal*, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: *bem-aventurado*, *bem-estar*, *bem-humorado*; *mal-afortunado*, *mal-estar*, *mal-humorado*; *bem-criado* (cf. *malcriado*), *bem-ditoso* (cf. *malditoso*), *bem-falante* (cf. *malfalante*), *bem-mandado* (cf. *malmandado*), *bem-nascido* (cf. *malnascido*), *bem-soante* (cf. *malsoante*), *bem-visto* (cf. *malvisto*).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio *bem* aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: *benfazejo*, *benfeito*, *benfeitor*, *benquerença*, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos *além*, *aquém*, *recém* e *sem*: *além-Atlântico*, *além-mar*, *além-fronteiras*; *aquém-mar*, *aquém-Pirenéus*; *recém-casado*, *recém-nascido*; *sem-cerimônia*, *sem-número*, *sem-vergonha*.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de *água-de-colônia*, *arco-da-velha*, *cor-de-rosa*, *mais-que-perfeito*, *pé-de-meia*, *ao deus-dará*, *à queima-roupa*). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

a) Substantivas: *cão de guarda*, *fim de semana*, *sala de jantar*;

b) Adjetivas: *cor de açafraão*, *cor de café com leite*, *cor de vinho*;

c) Pronominais: *cada um*, *ele próprio*, *nós mesmos*, *quem quer que seja*;

d) Adverbiais: *à parte* (note-se o substantivo *aparte*), *à vontade*, *de mais* (locução que se contrapõe a *de menos*; note-se *demais*, advérbio, conjunção, etc.), *depois de amanhã*, *em cima*, *por isso*;

e) Prepositivas: *abaixo de*, *acerca de*, *acima de*, *a fim de*, *a par de*, *à parte de*, *apesar de*, *aquando de*, *debaixo de*, *enquanto a*, *por baixo de*, *por cima de*, *quanto a*;

f) Conjuncionais: *a fim de que*, *ao passo que*, *contanto que*, *logo que*, *por conseguinte*, *visto que*.

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, a ponte *Rio-Niterói*, o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*, a ligação *Angola-Moçambique*), e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: *Áustria-Hungria*, *Alsácia-Lorena*, *Angola-Brasil*, *Tóquio-Rio de Janeiro*, etc.).

Base XVI

Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: *ante-*, *anti-*, *circum-*, *co-*, *contra-*, *entre-*, *extra-*, *hiper-*, *infra-*, *intra-*, *pós-*, *pré-*, *pró-*, *sobre-*, *sub-*, *super-*, *supra-*, *ultra-*, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autônomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: *aero-*, *agro-*, *arqui-*, *auto-*, *bio-*, *eletro-*, *geo-*, *hidro-*, *inter-*, *macro-*, *maxi-*, *micro-*, *mini-*, *multi-*, *neo-*, *pan-*, *pluri-*, *proto-*, *pseudo-*, *retro-*, *semi-*, *tele-*, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por *h*: *anti-higiênico/anti-higiênico*, *circum-hospitalar*, *co-herdeiro*, *contra-harmônico/contra-harmônico*, *extra-humano*, *pré-história*, *sub-hepático*, *super-homem*, *ultra-hiperbólico*; *arqui-hipérbole*, *eletro-higrómetro*, *geo-história*, *neo-helênico/neo-helênico*, *pan-helenismo*, *semi-hospitalar*.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos *des-* e *in-* e nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial: *desumano*, *desumidificar*, *inábil*, *inumano*, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: *anti-ibérico*, *contra-almirante*, *infra-axilar*, *supra-auricular*; *arqui-irmandade*, *auto-observação*, *eletro-ótica*, *micro-onda*, *semi-interno*.

Obs.: Nas formações com o prefixo *co-*, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*: *coobrigação*, *coocupante*, *coordenar*, *cooperação*, *cooperar*, etc.

c) Nas formações com os prefixos *circum-* e *pan-*, quando o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* (além de *h*, caso já considerado atrás na alínea a): *circum-escolar*, *circum-murado*, *circum-navegação*; *pan-africano*, *pan-mágico*, *pan-negritude*.

d) Nas formações com os prefixos *hyper-*, *inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por *r*: *hyper-requintado*, *inter-resistente*, *super-revista*.

e) Nas formações com os prefixos *ex-* (com o sentido de estado anterior ou cessamento), *sota-*, *soto-*, *vice-* e *vizo-*: *ex-almirante*, *ex-diretor*, *ex-hospedeira*, *ex-presidente*, *ex-primeiro-ministro*, *ex-rei*; *sota-piloto*, *soto-mestre*, *vice-presidente*, *vice-reitor*, *vizo-rei*.

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente *pós-*, *pré-* e *pró-* quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): *pós-graduação*, *pós-tónico/pós-tônicos* (mas *pospor*); *pré-escolar*, *pré-natal* (mas *prever*); *pró-africano*, *pró-europeu* (mas *promover*).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: *antirreligioso*, *antissemita*, *contrarregra*, *comtrassenha*, *cosseno*, *extrarregular*, *infrassom*, *minissaia*, tal como *biorritmo*, *biossatélite*, *eletrossiderurgia*, *microsistema*, *microrradiografia*.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: *antiaéreo*, *coeducação*, *extraescolar*; *aeroespacial*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *agroindustrial*, *hidroelétrico*, *plurianual*.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como *açu*, *guaçu* e *mirim*, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: *amoré-guaçu*, *anajá-mirim*, *andá-açu*, *capim-açu*, *Ceará-Mirim*.

Base XVII

Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: *amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos*.

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver*: *hei de, há de, hão de*, etc.

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais *quer* e *requer*, dos verbos *querer* e *requerer*, em vez de *quere* e *requere*, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: *quere-o(s), requere-o(s)*. Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) *qué-lo* e *requé-lo* são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio *eis* (*eis-me, ei-lo*) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo *no-lo, vo-las*, quando em próclise (por ex.: *esperamos que no-lo comprem*).

Base XVIII

Do apóstrofo

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: *d' Os Lusíadas, d' Os Sertões; n' Os Lusíadas, n' Os Sertões; pel' Os Lusíadas, pel' Os Sertões*. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: *de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas*, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição *a* com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: *a A Relíquia, a Os Lusíadas* (exemplos: *importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas*). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a A = à, a Os = aos*, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: *d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O*, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; *d'Ela, n'Ela, d'Aquela, d'A, n'A, pel'A, m'A, t'A, lh'A*, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: *confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.*

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição *a* com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: *a O, a Aquele, a Aquela* (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: *a O = ao, a Aquela = àquela*, etc.). Exemplos frásicos: *a O que tudo pode; a Aquela que nos protege.*

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas *santo* e *santa* a nomes do hagiolégio, quando importa representar a elisão das vogais finais *o* e *a*: *Sant'Ana, Sant'ago*, etc. É, pois, correto escrever: *Calçada de Sant'Ana, Rua de Sant'Ana; culto de Sant'ago, Ordem de Sant'ago*. Mas, se as ligações deste gênero, como é o caso destas mesmas *Sant'Ana* e *Sant'ago*, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: *Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém.*

Em paralelo com a grafia *Sant'Ana* e congêneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um *o* final: *Nun'Álvares, Pedr'Eanes.*

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: *Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares*, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do *e* da preposição *de*, em combinação com substantivos: *borda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.*

2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições *de* e *em* com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1º) a) e 1º) b)). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) *do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);*

ii) *no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalgué.*

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): *de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalgué, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daqué; de além ou dalém; de entre ou dentre.*

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial *de ora avante* como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: *doravante*.

Obs.: Quando a preposição *de* se combina com as formas articulares ou pronominais *o, a, os, as*, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: *a fim de ele compreender; apesar de o não ter*

visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares.

Base XIX Das minúsculas e maiúsculas

1º) A letra minúscula inicial é usada:

a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.

b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: *segunda-feira; outubro; primavera.*

c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maiúscula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): *O Senhor do Paço de Ninães, O senhor do paço de Ninães, Menino de Engenho ou Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e tambor.*

d) Nos usos de *fulano, sicrano, beltrano.*

e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas); norte, sul (mas: SW sudoeste).

f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): *senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).*

g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): *português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).*

2º) A letra maiúscula inicial é usada:

a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: *Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.*

b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: *Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.*

c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: *Adamastor; Neptuno / Netuno.*

d) Nos nomes que designam instituições: *Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.*

e) Nos nomes de festas e festividades: *Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.*

f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: *O Primeiro de Janeiro*, *O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*).

g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: *Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte de Portugal, *Meio-Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático.

h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: *FAO*, *NATO*, *ONU*; *H₂O*; *Sr.*, *V. Ex^a*.

i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (*rua* ou *Rua da Liberdade*, *largo* ou *Largo dos Leões*), de templos (*igreja* ou *Igreja do Bonfim*, *templo* ou *Templo do Apostolado Positivista*), de edifícios (*palácio* ou *Palácio da Cultura*, *edifício* ou *Edifício Azevedo Cunha*).

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

Base XX Da divisão silábica

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (*a-ba-de*, *bru-ma*, *ca-cho*, *lha-no*, *ma-lha*, *ma-nha*, *má-xi-mo*, *ó-xi-do*, *ro-xo*, *tme-se*), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (*a-ba-li-e-nar*, *bi-sa-vô*, *de-sa-pa-re-cer*, *di-sú-ri-co*, *e-xâ-ni-me*, *hi-pe-ra-cú-sti-co*, *i-ná-bil*, *o-bo-val*, *su-bo-cu-lar*, *su-pe-rá-ci-do*), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1º) São indivisíveis no interior da palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em *b*, ou *d*: *ab- legação*, *ad- ligar*, *sub- lunar*, etc., em vez de *a- blegação*, *a- dligar*, *su- blunar*, etc.)

aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um *l* ou um *r*: *a- blução, celebrar, du- plicação, re- primir, a- clamar, de- creto, de- glutição, re- grado; a- tlético, cáte- dra, períme- tro; a- fluir, a- fricano, ne- vrose.*

2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de *m* ou *n*, com valor de nasalidade, e uma consoante: *ab- dicar, Ed- gardo, op- tar, sub- por, ab- soluto, ad- jetivo, af- ta, bet- samita, íp- silon, ob- viar, des- cer, dis- ciplina, flores- cer, nas- cer, res- cisão; ac- ne, ad- mirável, Daf- ne, diafrag- ma, drac- ma, ét- nico, rit- mo, sub- meter, am- nésico, interam- nense; bir- reme, cor- roer, pror- rogar, as- segurar, bis- secular, sos- segar, bissex- to, contex- to, ex- citar, atroz- mente, capaz- mente, infeliz- mente; am- bição, desen- ganhar, en- xame, man- chu, Mân- lio, etc.*

3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de *m* ou *n*, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: *cam- braia, ec- lipse, em- blema, ex- plicar, in- cluir, ins- crição, subs- crever, trans- gredir, abs- tenção, disp- neia, inters- telar, lamb- dacismo, sols- ticial, Terp- sícore, tungs- tênio.*

4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: *ai- roso, cadei- ra, insti- tui, ora- ção, sacris- tães, traves- sões*) podem, se a primeira delas não é *u* precedido de *g* ou *q*, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: *ala- úde, áre- as, ca- apeba, co- ordenar, do- er, flu- idez, perdo- as, vo- os.* O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: *cai- ais, cai- eis, ensai- os, flu- iu.*

5º) Os digramas *gu* e *qu*, em que o *u* se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (*ne- gue, ne- guei; pe- que, pe- quei*), do mesmo modo que as combinações *gu* e *qu* em que o *u* se pronuncia: *á- gua, ambí- guo, averi- gueis, longín- quos, lo- quaz, quais- quer.*

6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição

coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: *ex- -alferes, serená- -los-emos* ou *serená-los- -emos, vice- -almirante*.

Base XXI Das assinaturas e firmas

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

ANEXO II NOTA EXPLICATIVA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990)

1. Memória breve dos acordos ortográficos

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo.

Tal situação remonta, como é sabido, a 1911, ano em que foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, mas que não foi extensiva ao Brasil.

Por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em consonância com a Academia das Ciências de Lisboa, com o objetivo de se minimizarem os inconvenientes desta situação, foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil. Todavia, por razões que não importa agora mencionar, este acordo não produziu, afinal, a tão desejada unificação dos dois sistemas ortográficos, fato que levou mais tarde à convenção ortográfica de 1943. Perante as divergências persistentes nos Vocabulários entretanto publicados pelas duas Academias, que punham em evidência os parcos resultados práticos do acordo de 1943, realizou-se, em 1945, em Lisboa, novo encontro entre representantes daquelas duas agremiações, o qual conduziu à chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945.

Mais uma vez, porém, este acordo não produziu os almejados efeitos, já que ele foi adotado em Portugal, mas não no Brasil.

Em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países. Apesar destas louváveis iniciativas, continuavam a persistir, porém, divergências sérias entre os dois sistemas ortográficos.

No sentido de as reduzir, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram em 1975 um novo projeto de acordo que não foi, no entanto, aprovado oficialmente por razões de ordem política, sobretudo vigentes em Portugal.

E é neste contexto que surge o encontro do Rio de Janeiro, em Maio de 1986, e no qual se encontram, pela primeira vez na história da língua portuguesa, representantes não apenas de Portugal e do Brasil mas também dos cinco novos países africanos lusófonos entretanto emergidos da descolonização portuguesa.

O Acordo Ortográfico de 1986, conseguido na reunião do Rio de Janeiro, ficou, porém, inviabilizado pela reação polêmica contra ele movida sobretudo em Portugal.

2. Razões do fracasso dos acordos ortográficos

Perante o fracasso sucessivo dos acordos ortográficos entre Portugal e o Brasil, abrangendo o de 1986 também os países lusófonos de África, importa refletir seriamente sobre as razões de tal malogro.

Analisando sucintamente o conteúdo dos acordos de 1945 e de 1986, a conclusão que se colhe é a de que eles visavam impor uma unificação ortográfica absoluta.

Em termos quantitativos e com base em estudos desenvolvidos pela Academia das Ciências de Lisboa, com base num *corpus* de cerca de 110.000 palavras, conclui-se que o Acordo de 1986 conseguia a unificação ortográfica em cerca de 99,5% do vocabulário geral da língua. Mas conseguia-a sobretudo à custa da simplificação drástica do sistema de acentuação gráfica, pela supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas, o que não foi bem aceito por uma parte substancial da opinião pública portuguesa.

Também o acordo de 1945 propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua. Mas tal unificação assentava em dois princípios que se revelaram inaceitáveis para os brasileiros:

a) Conservação das chamadas consoantes mudas ou não articuladas, o que correspondia a uma verdadeira restauração destas consoantes no Brasil, uma vez que elas tinham há muito sido abolidas.

b) Resolução das divergências de acentuação das vogais tônicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas) no sentido da prática portuguesa, que consistia em as grafar com acento agudo e não circunflexo, conforme a prática brasileira.

Assim se procurava, pois, resolver a divergência de acentuação gráfica de palavras como *António* e *Antônio*, *cómodo* e *cômodo*, *género* e *gênero*, *oxigénio* e *oxigênio*, etc., em favor da generalização da acentuação com o diacrítico agudo. Esta solução estipulava, contra toda a tradição ortográfica portuguesa, que o acento agudo, nestes casos, apenas assinalava a tonicidade da vogal e não o seu timbre, visando assim resolver as diferenças de pronúncia daquelas mesmas vogais.

A inviabilização prática de tais soluções leva-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa.

Nestas condições, há que procurar uma versão de unificação ortográfica que acautele mais o futuro do que o passado e que não receie sacrificar a simplificação também pretendida em 1986, em favor da máxima unidade possível. Com a emergência de cinco novos países lusófonos, os fatores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico. Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que fixe e delimite as diferenças atualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa.

Foi, pois, tendo presentes estes objetivos, que se fixou o novo texto de unificação ortográfica, o qual representa uma versão menos forte do que as que foram conseguidas em 1945 e 1986. Mas ainda assim suficientemente forte para unificar ortograficamente cerca de 98% do vocabulário geral da língua.

3. Forma e substância do novo texto

O novo texto de unificação ortográfica agora proposto contém alterações de forma (ou estrutura) e de conteúdo, relativamente aos

anteriores. Pode dizer-se, simplificando, que em termos de estrutura se aproxima mais do acordo de 1986, mas que em termos de conteúdo adota uma posição mais conforme com o projeto de 1975, atrás referido.

Em relação às alterações de conteúdo, elas afetam sobretudo o caso das consoantes mudas ou não articuladas, o sistema de acentuação gráfica, especialmente das esdrúxulas, e a hifenação.

Pode dizer-se ainda que, no que respeita às alterações de conteúdo, de entre os princípios em que assenta a ortografia portuguesa, se privilegiou o critério fonético (ou da pronúncia) com um certo detrimento para o critério etimológico.

É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas ou não articuladas, que se têm conservado na ortografia lusitana essencialmente por razões de ordem etimológica.

É também o critério da pronúncia que nos leva a manter um certo número de grafias duplas do tipo de *caráter* e *carácter*, *facto* e *fato*, *sumptuoso* e *suntuoso*, etc.

É ainda o critério da pronúncia que conduz à manutenção da dupla acentuação gráfica do tipo de *económico* e *econômico*, *efémero* e *efêmero*, *género* e *gênero*, *génio* e *gênio*, ou de *bónus* e *bônus*, *sémen* e *sêmen*, *ténis* e *tênis*, ou ainda de *bebé* e *bebê*, ou *metro* e *metrô*, etc.

Explicitam-se em seguida as principais alterações introduzidas no novo texto de unificação ortográfica, assim como a respectiva justificação.

4. Conservação ou supressão das consoantes *c*, *p*, *b*, *g*, *m* e *t* em certas seqüências consonânticas (Base IV)

4.1. Estado da questão

Como é sabido, uma das principais dificuldades na unificação da ortografia da língua portuguesa reside na solução a adotar para a grafia das consoantes *c* e *p*, em certas seqüências consonânticas interiores, já que existem fortes divergências na sua articulação.

Assim, umas vezes, estas consoantes são invariavelmente proferidas em todo o espaço geográfico da língua portuguesa, conforme sucede em casos como *compacto*, *ficção*, *pacto*; *adepto*, *aptidão*, *núpcias*; etc.

Neste caso, não existe qualquer problema ortográfico, já que tais consoantes não podem deixar de grafar-se (v. Base IV, 1º a).

Noutros casos, porém, dá-se a situação inversa da anterior, ou seja, tais consoantes não são proferidas em nenhuma pronúncia culta

da língua, como acontece em *acção*, *afectivo*, *directão*; *adopção*, *exacto*, *óptimo*; etc. Neste caso existe um problema. É que na norma gráfica brasileira há muito estas consoantes foram abolidas, ao contrário do que sucede na norma gráfica lusitana, em que tais consoantes se conservam. A solução que agora se adota (v. Base IV, 1º b) é a de as suprimir, por uma questão de coerência e de uniformização de critérios (vejam-se as razões de tal supressão adiante, em 4.2.).

As palavras afectadas por tal supressão representam 0,54% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo em termos quantitativos (pouco mais de 600 palavras em cerca de 110.000). Este número é, no entanto, qualitativamente importante, já que compreende vocábulos de uso muito frequente (como, por ex., *acção*, *actor*, *actual*, *colecção*, *colectivo*, *correção*, *directão*, *director*, *electricidade*, *factor*, *factura*, *inspector*, *lectivo*, *óptimo*, etc.).

O terceiro caso que se verifica relativamente às consoantes *c* e *p* diz respeito à oscilação de pronúncia, a qual ocorre umas vezes no interior da mesma norma culta (cf. por ex., *acto* ou *cato*, *dicção* ou *dição*, *sector* ou *setor*, etc.), outras vezes entre normas cultas distintas (cf., por ex., *facto*, *recepção* em Portugal, mas *fato*, *recepção* no Brasil).

A solução que se propõe para estes casos, no novo texto ortográfico, consagra a dupla grafia (v. Base IV, 1º c).

A estes casos de grafia dupla devem acrescentar-se as poucas variantes do tipo de *súbdito* e *súdito*, *subtil* e *sutil*, *amígdala* e *amídala*, *amnístia* e *anístia*, *aritmética* e *arimética*, nas quais a oscilação da pronúncia se verifica quanto às consoantes *b*, *g*, *m* e *t* (v. Base IV, 2º).

O número de palavras abrangidas pela dupla grafia é de cerca de 0,5% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo (ou seja, pouco mais de 575 palavras em cerca de 110.000), embora nele se incluam também alguns vocábulos de uso muito frequente.

4.2. Justificação da supressão de consoantes não articuladas (Base IV 1º b)

As razões que levaram à supressão das consoantes mudas ou não articuladas em palavras como *ação* (*acção*), *ativo* (*activo*), *director* (*director*), *ótimo* (*óptimo*) foram essencialmente as seguintes:

a) O argumento de que a manutenção de tais consoantes se justifica por motivos de ordem etimológica, permitindo assinalar melhor a similaridade com as palavras congêneres das outras línguas românicas, não tem consistência. Por outro lado, várias consoantes etimológicas se

foram perdendo na evolução das palavras ao longo da história da língua portuguesa. Vários são, por outro lado, os exemplos de palavras deste tipo, pertencentes a diferentes línguas românicas, que, embora provenientes do mesmo étimo latino, revelam incongruências quanto à conservação ou não das referidas consoantes.

É o caso, por exemplo, da palavra *objecto*, proveniente do latim *objectu-*, que até agora conservava o *c*, ao contrário do que sucede em francês (cf. *objet*), ou em espanhol (cf. *objeto*). Do mesmo modo *projecto* (de *projectu-*) mantinha até agora a grafia com *c*, tal como acontece em espanhol (cf. *proyecto*), mas não em francês (cf. *projet*). Nestes casos o italiano dobra a consoante, por assimilação (cf. *oggetto* e *progetto*). A palavra *vitória* há muito se grafa sem *c*, apesar do espanhol *victoria*, do francês *victoire* ou do italiano *vittoria*. Muitos outros exemplos se poderiam citar. Aliás, não tem qualquer consistência a ideia de que a similaridade do português com as outras línguas românicas passa pela manutenção de consoantes etimológicas do tipo mencionado. Confrontem-se, por exemplo, formas como as seguintes: port. *acidente* (do lat. *accidente-*), esp. *accidente*, fr. *accident*, it. *accidente*; port. *dicionário* (do lat. *dictionariu-*), esp. *diccionario*, fr. *dictionnaire*, it. *dizionario*; port. *ditar* (do lat. *dictare*), esp. *dictar*, fr. *dicter*, it. *dettare*; port. *estrutura* (de *structura-*), esp. *estructura*, fr. *structure*, it. *struttura*; etc.

Em conclusão, as divergências entre as línguas românicas, neste domínio, são evidentes, o que não impede, aliás, o imediato reconhecimento da similaridade entre tais formas. Tais divergências levantam dificuldades à memorização da norma gráfica, na aprendizagem destas línguas, mas não é com certeza a manutenção de consoantes não articuladas em português que vai facilitar aquela tarefa.

b) A justificação de que as ditas consoantes mudas travam o fechamento da vogal precedente também é de fraco valor, já que, por um lado, se mantêm na língua palavras com vogal pré-tónica aberta, sem a presença de qualquer sinal diacrítico, como em *corar*, *padeiro*, *oblação*, *pregar* (= fazer uma pré-dica), etc., e, por outro, a conservação de tais consoantes não impede a tendência para o ensurdecimento da vogal anterior em casos como *accionar*, *actual*, *actualidade*, *exactidão*, *tactear*, etc.

c) É indiscutível que a supressão deste tipo de consoantes vem facilitar a aprendizagem da grafia das palavras em que elas ocorriam.

De fato, como é que uma criança de 6-7 anos pode compreender que em palavras como *concepção*, *excepção*, *recepção*, a consoante não articulada é um *p*, ao passo que em vocábulos como *correção*, *direção*, *objecção*, tal consoante é um *c*?

Só à custa de um enorme esforço de memorização que poderá ser vantajosamente canalizado para outras áreas da aprendizagem da língua.

d) A divergência de grafias existente neste domínio entre a norma lusitana, que teimosamente conserva consoantes que não se articulam em todo o domínio geográfico da língua portuguesa, e a norma brasileira, que há muito suprimiu tais consoantes, é incompreensível para os lusitanistas estrangeiros, nomeadamente para professores e estudantes de português, já que lhes cria dificuldades suplementares, nomeadamente na consulta dos dicionários, uma vez que as palavras em causa vêm em lugares diferentes da ordem alfabética, conforme apresentam ou não a consoante muda.

e) Uma outra razão, esta de natureza psicológica, embora nem por isso menos importante, consiste na convicção de que não haverá unificação ortográfica da língua portuguesa se tal disparidade não for revolvida.

f) Tal disparidade ortográfica só se pode resolver suprimindo da escrita as consoantes não articuladas, por uma questão de coerência, já que a pronúncia as ignora, e não tentando impor a sua grafia àqueles que há muito as não escrevem, justamente por elas não se pronunciarem.

4.3. Incongruências aparentes

A aplicação do princípio, baseado no critério da pronúncia, de que as consoantes *c* e *p* em certas sequências consonânticas se suprimem, quando não articuladas, conduz a algumas incongruências aparentes, conforme sucede em palavras como *apocalítico* ou *Egito* (sem *p*, já que este não se pronuncia), a par de *apocalipse* ou *egípcio* (visto que aqui o *p* se articula), *noturno* (sem *c*, por este ser mudo), ao lado de *noctívago* (com *c* por este se pronunciar), etc.

Tal incongruência é apenas aparente. De fato, baseando-se a conservação ou supressão daquelas consoantes no critério da pronúncia, o que não faria sentido era mantê-las, em certos casos, por razões de parentesco lexical. Se se abrisse tal exceção, o utente, ao ter que escrever determinada palavra, teria que recordar previamente,

para não cometer erros, se não haveria outros vocábulos da mesma família que se escrevessem com este tipo de consoante.

Aliás, divergências ortográficas do mesmo tipo das que agora se propõem foram já aceites nas Bases de 1945 (v. Base VI, último parágrafo), que consagraram grafias como *assunção* ao lado de *assumptivo*, *cativo*, a par de *captor* e *captura*, *dicionário*, mas *dicção*, etc. A razão então aduzida foi a de que tais palavras entraram e se fixaram na língua em condições diferentes. A justificação da grafia com base na pronúncia é tão nobre como aquela razão.

4.4. Casos de dupla grafia (Base IV, 1º c, d e 2º)

Sendo a pronúncia um dos critérios em que assenta a ortografia da língua portuguesa, é inevitável que se aceitem grafias duplas naqueles casos em que existem divergências de articulação quanto às referidas consoantes *c* e *p* e ainda em outros casos de menor significado. Torna-se, porém, praticamente impossível enunciar uma regra clara e abrangente dos casos em que há oscilação entre o emudecimento e a prolação daquelas consoantes, já que todas as sequências consonânticas enunciadas, qualquer que seja a vogal precedente, admitem as duas alternativas: *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*, *facto* e *fato*, *sector* e *setor*; *ceptró* e *cetro*; *concepção* e *conceção*, *recepção* e *receção*; *assumpção* e *assunção*, *peremptório* e *perentório*, *sumptuoso* e *suntuoso*; etc.

De um modo geral pode dizer-se que, nestes casos, o emudecimento da consoante (exceto em *dicção*, *facto*, *sumptuoso* e poucos mais) se verifica, sobretudo, em Portugal e nos países africanos, enquanto no Brasil há oscilação entre a prolação e o emudecimento da mesma consoante.

Também os outros casos de dupla grafia (já mencionados em 4.1.), do tipo de *súbdito* e *súdito*, *subtil* e *sutil*, *amígdala* e *amídala*, *omnisciente* e *onisciente*, *aritmética* e *arimética*, muito menos relevantes em termos quantitativos do que os anteriores, se verificam sobretudo no Brasil.

Trata-se, afinal, de formas divergentes, isto é, do mesmo étimo. As palavras sem consoante, mais antigas e introduzidas na língua por via popular, foram já usadas em Portugal e encontram-se nomeadamente em escritores dos séculos XVI e XVII.

Os dicionários da língua portuguesa, que passarão a registrar as duas formas, em todos os casos de dupla grafia, esclarecerão, tanto

quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia.

5. Sistema de acentuação gráfica (Bases VIII a XIII)

5.1. Análise geral da questão

O sistema de acentuação gráfica do português atualmente em vigor, extremamente complexo e minucioso, remonta essencialmente à Reforma Ortográfica de 1911.

Tal sistema não se limita, em geral, a assinalar apenas a tonicidade das vogais sobre as quais recaem os acentos gráficos, mas distingue também o timbre destas.

Tendo em conta as diferenças de pronúncia entre o português europeu e o do Brasil, era natural que surgissem divergências de acentuação gráfica entre as duas realizações da língua.

Tais divergências têm sido um obstáculo à unificação ortográfica do português.

É certo que em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram dados alguns passos significativos no sentido da unificação da acentuação gráfica, como se disse atrás. Mas, mesmo assim, subsistem divergências importantes neste domínio, sobretudo no que respeita à acentuação das paroxítonas.

Não tendo tido viabilidade prática a solução fixada na Convenção Ortográfica de 1945, conforme já foi referido, duas soluções eram possíveis para se procurar resolver esta questão.

Uma era conservar a dupla acentuação gráfica, o que constituía sempre um espinho contra a unificação da ortografia.

Outra era abolir os acentos gráficos, solução adotada em 1986, no Encontro do Rio de Janeiro.

Esta solução, já preconizada no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizada em 1967 em Coimbra, tinha sobretudo a justificá-la o fato de a língua oral preceder a língua escrita, o que leva muitos utentes a não empregarem na prática os acentos gráficos, visto que não os consideram indispensáveis à leitura e compreensão dos textos escritos.

A abolição dos acentos gráficos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas, preconizada no Acordo de 1986, foi, porém, contestada por uma larga parte da opinião pública portuguesa, sobretudo por tal medida ir contra a tradição ortográfica e não tanto por estar contra a prática ortográfica.

A questão da acentuação gráfica tinha, pois, de ser repensada.

Neste sentido, desenvolveram-se alguns estudos e fizeram-se vários levantamentos estatísticos com o objetivo de se delimitarem melhor e quantificarem com precisão as divergências existentes nesta matéria.

5.2. Casos de dupla acentuação

5.2.1. Nas proparoxítonas (Base XI)

Verificou-se assim que as divergências, no que respeita às proparoxítonas, se circunscrevem praticamente, como já foi destacado atrás, ao caso das vogais tônicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, com as quais aquelas não formam sílaba (v. Base XI, 3°).

Estas vogais soam abertas em Portugal e nos países africanos recebendo, por isso, acento agudo, mas são do timbre fechado em grande parte do Brasil, grafando-se por conseguinte com acento circunflexo: *académico/ acadêmico, cómodo/ cômodo, efémero/ efêmero, fenómeno/ fenômeno, génio/ gênio, tónico/ônico*, etc.

Existem uma ou outra exceção a esta regra, como, por exemplo, *cômoro* e *sêmola*, mas estes casos não são significativos.

Costuma, por vezes, referir-se que o *a* tônico das proparoxítonas, quando seguido de *m* ou *n* com que não forma sílaba, também está sujeito à referida divergência de acentuação gráfica. Mas tal não acontece, porém, já que o seu timbre soa praticamente sempre fechado nas pronúncias cultas da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *âmago, ânimo, botânico, câmara, dinâmico, gerânio, pânico, pirâmide*.

As únicas exceções a este princípio são os nomes próprios de origem grega *Dánae/ Dânae* e *Dánao/ Dânao*.

Note-se que se as vogais *e* e *o*, assim como *a*, formam sílaba com as consoantes *m* ou *n*, o seu timbre é sempre fechado em qualquer pronúncia culta da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *êmbolo, amêndoa, argênteo, excêntrico, têmpera; anacreôntico, cômputo, recôndito, cânfora, Grândola, Islândia, lâmpada, sonâmbulo*, etc.

5.2.2. Nas paroxítonas (Base IX)

Também nos casos especiais de acentuação das paroxítonas ou graves (v. Base IX, 2°), algumas palavras que contêm as vogais tônicas *e* e *o* em final de sílaba, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre, nas pronúncias cultas da língua.

Tais palavras são assinaladas com acento agudo, se o timbre da vogal tônica é aberto, ou com acento circunflexo, se o timbre é fechado: *fémur* ou *fêmur*, *Fénix* ou *Fênix*, *ónix* ou *ônix*, *sémen* ou *sêmen*, *xénon* ou *xênon*; *bónus* ou *bônus*, *ónus* ou *ônus*, *pónei* ou *pônei*, *ténis* ou *tênis*, *Vénus* ou *Vênus*; etc. No total, estes são pouco mais de uma dúzia de casos.

5.2.3. Nas oxítonas (Base VIII)

Encontramos igualmente nas oxítonas (v. Base VIII, 1º a, *Obs.*) algumas divergências de timbre em palavras terminadas em e tônico, sobretudo provenientes do francês. Se esta vogal tônica soa aberta, recebe acento agudo; se soa fechada, grafa-se com acento circunflexo. Também aqui os exemplos pouco ultrapassam as duas dezenas: *bebé* ou *bebê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guiché* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *puré* ou *purê*; etc. Existe também um caso ou outro de oxítonas terminadas em o ora aberto ora fechado, como sucede em *cocó* ou *cocô*, *ró* ou *rô*.

A par de casos como este há formas oxítonas terminadas em o fechado, às quais se opõem variantes paroxítonas, como acontece em *judô* e *judo*, *metrô* e *metro*, mas tais casos são muito raros.

5.2.4. Avaliação estatística dos casos de dupla acentuação gráfica

Tendo em conta o levantamento estatístico que se fez na Academia das Ciências de Lisboa, com base no já referido *corpus* de cerca de 110.000 palavras do vocabulário geral da língua, verificou-se que os citados casos de dupla acentuação gráfica abrangiam aproximadamente 1,27% (cerca de 1.400 palavras). Considerando que tais casos se encontram perfeitamente delimitados, como se referiu atrás, sendo assim possível enunciar a regra de aplicação, optou-se por fixar a dupla acentuação gráfica como a solução menos onerosa para a unificação ortográfica da língua portuguesa.

5.3. Razões da manutenção dos acentos gráficos nas proparoxítonas e paroxítonas

Resolvida a questão dos casos de dupla acentuação gráfica, como se disse atrás, já não tinha relevância o principal motivo que levou em 1986 a abolir os acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas.

Em favor da manutenção dos acentos gráficos nestes casos, ponderaram-se, pois, essencialmente as seguintes razões:

a) Pouca representatividade (cerca de 1,27%) dos casos de dupla acentuação.

b) Eventual influência da língua escrita sobre a língua oral, com a possibilidade de, sem acentos gráficos, se intensificar a tendência para a paroxítona, ou seja, deslocação do acento tônico da antepenúltima para a penúltima sílaba, lugar mais frequente de colocação do acento tônico em português.

c) Dificuldade em apreender corretamente a pronúncia em termos de âmbito técnico e científico, muitas vezes adquiridos através da língua escrita (leitura).

d) Dificuldades causadas, com a abolição dos acentos, à aprendizagem da língua, sobretudo quando esta se faz em condições precárias, como no caso dos países africanos, ou em situação de auto-aprendizagem.

e) Alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de *análise(s)/ análise(v.)*, *fábrica(s.)/ fabrica(v.)*, *secretária(s.)/ secretaria(s. ou v.)*, *vária(s.)/ varia(v.)*, etc., casos que apesar de dirimíveis pelo contexto sintático, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico.

f) Dificuldade em determinar as regras de colocação do acento tônico em função da estrutura mórfica da palavra. Assim, as proparoxítonas, segundo os resultados estatísticos obtidos da análise de um *corpus* de 25.000 palavras, constituem 12%. Destes, 12%, cerca de 30% são falsas esdrúxulas (cf. *génio*, *água*, etc.). Dos 70% restantes, que são as verdadeiras proparoxítonas (cf. *cômodo*, *gênero*, etc.), aproximadamente 29% são palavras que terminam em *-ico* /*-ica* (cf. *ártico*, *econômico*, *módico*, *prático*, etc.). Os restantes 41% de verdadeiras esdrúxulas distribuem-se por cerca de duzentas terminações diferentes, em geral de caráter erudito (cf. *espírito*, *ínclito*, *púlpito*; *filólogo*; *filósofo*; *esófago*; *epíteto*; *pássaro*; *pêssames*; *facílmo*; *lindíssimo*; *parêntesis*; etc.).

5.4. Supressão de acentos gráficos em certas palavras oxítonas e paroxítonas (Bases VIII, IX e X)

5.4.1. Em casos de homografia (Bases VIII, 3º e IX, 9º e 10º)

O novo texto ortográfico estabelece que deixem de se acentuar graficamente palavras do tipo de *para* (á), flexão de *parar*, *pelo* (ê), substantivo, *pelo* (é), flexão de *pelar*, etc., as quais são homógrafas, respectivamente, das proclíticas *para*, preposição, *pelo*, contração de *per* e *lo*, etc.

As razões por que se suprime, nestes casos, o acento gráfico são as seguintes:

a) Em primeiro lugar, por coerência com a abolição do acento gráfico já consagrada pelo Acordo de 1945, em Portugal, e pela Lei nº 5.765, de 18/12/1971, no Brasil, em casos semelhantes, como, por exemplo: *acerto* (ê), substantivo, e *acerto* (é), flexão de *acertar*; *acordo* (ô), substantivo, e *acordo* (ó), flexão de *acordar*; *cor* (ô), substantivo, e *cor* (ó), elemento da locução *de cor*; *sede* (ê) e *sede* (é), ambos substantivos; etc.

b) Em segundo lugar, porque, tratando-se de pares cujos elementos pertencem a classes gramaticais diferentes, o contexto sintático permite distinguir claramente tais homógrafas.

5.4.2. Em paroxítonas com os ditongos *ei* e *oi* na sílaba tônica (Base IX, 3º)

O novo texto ortográfico propõe que não se acentuem graficamente os ditongos *ei* e *oi* tônicos das palavras paroxítonas. Assim, palavras como *assembleia*, *boleia*, *ideia*, que na norma gráfica brasileira se escrevem com acento agudo, por o ditongo soar aberto, passarão a escrever-se sem acento, tal como *aldeia*, *baleia*, *cheia*, etc.

Do mesmo modo, palavras como *comboio*, *dezoito*, *estroina*, etc., em que o timbre do ditongo oscila entre a abertura e o fechamento, oscilação que se traduz na facultatividade do emprego do acento agudo no Brasil, passarão a grafar-se sem acento.

A generalização da supressão do acento nestes casos justifica-se não apenas por permitir eliminar uma diferença entre a prática ortográfica brasileira e a lusitana, mas ainda pelas seguintes razões:

a) Tal supressão é coerente com a já consagrada eliminação do acento em casos de homografia heterofônica (v. Base IX, 10º, e, neste texto atrás, 5.4.1.), como sucede, por exemplo, em *acerto*, substantivo, e *acerto*, flexão de *acertar*, *acordo*, substantivo, e *acordo*, flexão de *acordar*, *fora*, flexão de *ser* e *ir*, e *fora*, advérbio, etc.

b) No sistema ortográfico português não se assinala, em geral, o timbre das vogais tônicas *a*, *e* e *o* das palavras paroxítonas, já que a língua portuguesa se caracteriza pela sua tendência para a paroxítonia. O sistema ortográfico não admite, pois, a distinção entre, por exemplo *cada* (â) e *fada* (á), *para* (â) e *tara* (á); *espelho* (ê) e *velho* (é), *janela* (é) e *janelo* (ê), *escrevera* (ê), flexão de *escrever*, e *Primavera* (é); *moda* (ó) e *toda* (ô), *virtuosa* (ó) e *virtuoso* (ô); etc.

Então, se não se torna necessário, nestes casos, distinguir pelo acento gráfico o timbre da vogal tónica, por que se há-de usar o diacrítico para assinalar a abertura dos ditongos *ei* e *oi* nas paroxítonas, tendo em conta que o seu timbre nem sempre é uniforme e a presença do acento constituiria um elemento perturbador da unificação ortográfica?

5.4.3. Em paroxítons do tipo de *abençoo*, *enjo*, *voo*, etc. (Base IX, 8°)

Por razões semelhantes às anteriores, o novo texto ortográfico consagra também a abolição do acento circunflexo, vigente no Brasil, em palavras paroxítonas como *abençoo*, flexão de *abençoar*, *enjo*, substantivo e flexão de *enjoar*, *moo*, flexão de *moer*, *povoo*, flexão de *povoar*, *voo*, substantivo e flexão de *voar*, etc.

O uso do acento circunflexo não tem aqui qualquer razão de ser, já que ele ocorre em palavras paroxítonas cuja vogal tónica apresenta a mesma pronúncia em todo o domínio da língua portuguesa. Além de não ter, pois, qualquer vantagem nem justificação, constitui um fator que perturba a unificação do sistema ortográfico.

5.4.4. Em formas verbais com *u* e *ui* tónicos, precedidos de *g* e *q* (Base X, 7°)

Não há justificação para se acentuarem graficamente palavras como *apazigue*, *arguem*, etc., já que estas formas verbais são paroxítonas e a vogal *u* é sempre articulada, qualquer que seja a flexão do verbo respectivo.

No caso de formas verbais como *argui*, *delinquis*, etc., também não há justificação para o acento, pois se trata de oxítonas terminadas no ditongo tónico *ui*, que como tal nunca é acentuado graficamente.

Tais formas só serão acentuadas se a seqüência *ui* não formar ditongo e a vogal tónica for *i*, como, por exemplo, *arguí* (1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).

6. Emprego do hífen (Bases XV a XVIII)

6.1. Estado da questão

No que respeita ao emprego do hífen, não há propriamente divergências assumidas entre a norma ortográfica lusitana e a brasileira. Ao compulsarmos, porém, os dicionários portugueses e brasileiros e ao lermos, por exemplo, jornais e revistas, deparam-se-nos muitas oscilações e um largo número de formações vocabulares com grafia dupla, ou seja, com hífen e sem hífen, o que aumenta desmesurada e desnecessariamente as entradas lexicais dos

dicionários. Estas oscilações verificam-se sobretudo nas formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina.

Eis alguns exemplos de tais oscilações: *ante-rosto* e *anterrosto*, *co-educação* e *coeducação*, *pré-frontal* e *prefrontal*, *sobre-saia* e *sobressaia*, *sobre-saltar* e *sobressaltar*, *aero-espacial* e *aeroespacial*, *auto-aprendizagem* e *autoaprendizagem*, *agro-industrial* e *agroindustrial*, *agro-pecuária* e *agropecuária*, *alvéolo-dental* e *alveolodental*, *bolborraquidiano* e *bolborraquidiano*, *geo-história* e *geoistória*, *micro-onda* e *microonda*; etc.

Estas oscilações são, sem dúvida, devidas a uma certa ambiguidade e falta de sistematização das regras que sobre esta matéria foram consagradas no texto de 1945. Tornava-se, pois, necessário reformular tais regras de modo mais claro, sistemático e simples. Foi o que se tentou fazer em 1986.

A simplificação e redução operadas nessa altura, nem sempre bem compreendidas, provocaram igualmente polémica na opinião pública portuguesa, não tanto por uma ou outra incongruência resultante da aplicação das novas regras, mas sobretudo por alterarem bastante a prática ortográfica neste domínio.

A posição que agora se adota, muito embora tenha tido em conta as críticas fundamentadas ao texto de 1986, resulta, sobretudo, do estudo do uso do hífen nos dicionários portugueses e brasileiros, assim como em jornais e revistas.

6.2. O hífen nos compostos (Base XV)

Sintetizando, pode dizer-se que, quanto ao emprego do hífen nos compostos, locuções e encadeamentos vocabulares, se mantém o que foi estatuído em 1945, apenas se reformulando as regras de modo mais claro, sucinto e simples.

De fato, neste domínio não se verificam praticamente divergências nem nos dicionários nem na imprensa escrita.

6.3. O hífen nas formas derivadas (Base XVI)

Quanto ao emprego do hífen nas formações por prefixação e também por recomposição, isto é, nas formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina, apresenta-se alguma inovação. Assim, algumas regras são formuladas em termos contextuais, como sucede nos seguintes casos:

a) Emprega-se o hífen quando o segundo elemento da formação começa por *h* ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo ou pseudoprefixo (por ex. *anti-higiênico*, *contra-almirante*, *hiper-resistente*).

b) Emprega-se o hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em *m* e o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* (por ex. *circum-murado*, *pan-africano*).

As restantes regras são formuladas em termos de unidades lexicais, como acontece com oito delas (*ex-*, *sota-* e *soto-*, *vice-* e *vizo-*; *pós-*, *pré-* e *pró-*).

Noutros casos, porém, uniformiza-se o não emprego do hífen, do modo seguinte:

a) Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, estas consoantes dobram-se, como já acontece com os termos técnicos e científicos (por ex. *antirreligioso*, *microsistema*).

b) Nos casos em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente daquela, as duas formas aglutinam-se, sem hífen, como já sucede igualmente no vocabulário científico e técnico (por ex. *antiaéreo*, *aeroespacial*)

6.4. O hífen na ênclise e tmese (Base XVII)

Quanto ao emprego do hífen na ênclise e na tmese mantêm-se as regras de 1945, exceto no caso das formas *hei de*, *hás de*, *há de*, etc., em que passa a suprimir-se o hífen. Nestas formas verbais o uso do hífen não tem justificação, já que a preposição *de* funciona ali como mero elemento de ligação ao infinitivo com que se forma a perífrase verbal (cf. *hei de ler*, etc.), na qual *de* é mais proclítica do que apoclítica.

7. Outras alterações de conteúdo

7.1. Inserção do alfabeto (Base I)

Uma inovação que o novo texto de unificação ortográfica apresenta, logo na Base I, é a inclusão do alfabeto, acompanhado das designações que usualmente são dadas às diferentes letras. No alfabeto português passam a incluir-se também as letras *k*, *w* e *y*, pelas seguintes razões:

a) Os dicionários da língua já registram estas letras, pois existe um razoável número de palavras do léxico português iniciado por elas.

b) Na aprendizagem do alfabeto é necessário fixar qual a ordem que aquelas letras ocupam.

c) Nos países africanos de língua oficial portuguesa existem muitas palavras que se escrevem com aquelas letras.

Apesar da inclusão no alfabeto das letras *k*, *w* e *y*, mantiveram-se, no entanto, as regras já fixadas anteriormente, quanto ao seu uso restritivo, pois existem outros grafemas com o mesmo valor fônico daquelas. Se, de fato, se abolisse o uso restritivo daquelas letras, introduzir-se-ia no sistema ortográfico do português mais um fator de perturbação, ou seja, a possibilidade de representar, indiscriminadamente, por aquelas letras fonemas que já são transcritos por outras.

7.2. Abolição do trema (Base XIV)

No Brasil, só com a Lei nº 5.765, de 18/12/1971, o emprego do trema foi largamente restringido, ficando apenas reservado às sequências *gu* e *qu* seguidas de *e* ou *i*, nas quais *u* se pronuncia (cf. *aguentar*, *arguente*, *eloquente*, *equestre*, etc.).

O novo texto ortográfico propõe a supressão completa do trema, já acolhida, aliás, no Acordo de 1986, embora não figurasse explicitamente nas respectivas bases. A única ressalva, neste aspecto, diz respeito a palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros com trema (cf. *mülleriano*, de *Müller*, etc.).

Generalizar a supressão do trema é eliminar mais um fator que perturba a unificação da ortografia portuguesa.

8. Estrutura e ortografia do novo texto

Na organização do novo texto de unificação ortográfica optou-se por conservar o modelo de estrutura já adotado em 1986. Assim, houve a preocupação de reunir, numa mesma base, matéria afim, dispersa por diferentes bases de textos anteriores, donde resultou a redução destas a vinte e uma.

Através de um título sucinto, que antecede cada base, dá-se conta do conteúdo nela consagrado. Dentro de cada base adotou-se um sistema de numeração (tradicional) que permite uma melhor e mais clara arrumação da matéria aí contida

Referência

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Manual de redação**: padronização e documentos administrativos. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008**: Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: IBEP, 2009
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: IBEP, 2009
- FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza: IOCE, [1952]1995.
- NEVEU, Franck. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática**: teoria. 14.ed. São Paulo: Atual, 1990.

Sobre o autor

Vicente de Paula da Silva Martins é graduado em Letras (1987) e pós-graduação em Literatura Brasileira pela *Universidade Estadual do Ceará* (UECE, 1989, Fortaleza), com mestrado em educação brasileira (1994) e doutorado em linguística pela *Universidade Federal do Ceará* (UFC, 2013, Fortaleza). Possui dois estágios de pós-doutorados em Linguística: UFBA (2017) e UFC (2020). Cursa seu terceiro estágio pós-doutoral, também, em linguística, pela *Universidad Santiago de Compostela* (Espanha). Desde 1994, é professor de Linguística da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, Sobral). Autor de vários livros na área de educação e linguística, todos publicados pela *Pedro & João Editores* (São Carlos, SP)



“Há uns bons anos, o debate público sobre a língua trazia como novidade a noção de variante linguística, que, por si só, tornava obsoleta a velha noção de erro gramatical. O que poderia haver, em determinadas circunstâncias, era o desvio da norma-padrão, sendo esta uma das variedades da língua – notadamente a de maior prestígio social – entre outras também válidas.”

(Thaís Nicoleti

Folha de São Paulo, 27/8/2022)

